



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DARLAN VIEIRA DO VALE

**Da ocupação à Região Administrativa do Itapoã: uma análise do espaço/tempo da  
periferia do Distrito Federal.**

Mestrando: Darlan Vieira do Vale  
Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo  
Sobrinho

BRASÍLIA - DF  
2025

DARLAN VIEIRA DO VALE

**Da ocupação à Região Administrativa do Itapoã: uma análise do espaço/tempo da  
periferia do Distrito Federal.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
programa de Pós-Graduação em Geografia, do  
Instituto de Ciências Humanas da Universidade  
de Brasília, como requisito para obtenção do título  
de Mestre em Geografia, área de concentração de  
Gestão Ambiental e Territorial.

BRASÍLIA - DF  
2025

DARLAN VIEIRA DO VALE

**Da ocupação à Região Administrativa do Itapoã: uma análise do espaço/tempo da  
periferia do Distrito Federal.**

BANCA EXAMINADORA

Banca de Avaliação da Dissertação de Mestrado do discente Darlan Vieira do Vale, realizada  
em 4 de fevereiro de 2025, com participação dos seguintes membros:

---

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho GEA – UnB (Orientador)

---

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa – UnB (Avaliador interno)

---

Prof. Dra. Gicélia Mendes da Silva (Avaliadora externa)

---

Prof. Dra. Shadia Hussein de Araújo (Avaliadora Suplente)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

VV149o      Vieira do Vale, Darlan  
             Da ocupação a Região Administrativa do Itapoã: uma  
             análise do espaço/tempo da periferia do Distrito Federal. /  
             Darlan Vieira do Vale; orientador Fernando Luiz Araújo  
             Sobrinho. -- Brasília, 2025.  
             122 p.

             Dissertação (Mestrado em Geografia) -- Universidade de  
             Brasília, 2025.

             1. Geografia Urbana. 2. Movimentos socioterritoriais . 3.  
             Brasília. I. Luiz Araújo Sobrinho, Fernando, orient. II.  
             Título.

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que lutaram por uma  
vida melhor na Região Administrativa do Itapoã.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais e a minha família por todo suporte emocional e financeiro dado durante a minha trajetória de vida, sem eles eu não chegaria até aqui.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Fernando Luiz Araújo Sobrinho que me orientou por toda a minha vida acadêmica, indo desde o PIBIC até o Mestrado Acadêmico, sem a sua orientação este trabalho não seria produzido. Agradeço, também, a todos os professores que contribuíram na minha formação acadêmica, especialmente ao Professor José Sobreiro Filho, Professor Everaldo Costa, Professor Neio Campos e a Professora Elisângela Machado.

Ao Departamento de Geografia e a Universidade de Brasília que batalham todos os dias para manter a qualidade do ensino e para formar milhares de pessoas todos os anos.

A todos os moradores da Região Administrativa do Itapoã que compartilharam as suas experiências de vida e ajudaram no desenvolvimento desta pesquisa acadêmica.

À CAPES que financiou esta pesquisa desde o primeiro semestre do Mestrado, sem esse financiamento público a história de milhares de pessoas que conquistaram o Itapoã permaneceria sem ser estudada e homenageada.

Aos meus amigos que transformaram essa jornada mais agradável.

A todos, muito obrigado.

## RESUMO

VALE, D. **Da ocupação a Região Administrativa do Itapoã: uma análise do espaço/tempo da periferia do Distrito Federal**. 120p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

A segregação socioespacial sempre foi um problema dentro do Brasil, assim sendo milhares de pessoas sempre foram excluídas no território nacional, seja devido a sua cor de pele, classe social, gênero e/ou localização no espaço. Todavia, essa condição nunca foi recebida de maneira pacífica por esses grupos excluídos, por consequência sempre teve resistência no decorrer da história contra essas opressões. Esta pesquisa busca demonstrar mais uma dessas histórias de resistência presente na realidade latino-americana brasileira. No caso em questão, foi analisada a realidade do Itapoã, uma das Regiões Administrativas de Brasília, capital do Brasil, que surge a partir de algumas ocupações e se torna uma das maiores periferias da capital. Desta forma, este trabalho busca analisar o processo de segregação socioespacial da Região Administrativa do Itapoã/DF, propondo a sua periodização a partir da análise das primeiras ocupações até a atual condição de uso do território. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa com o método dialético espacial, baseado nas obras de Milton Santos e Edward Soja. Na metodologia, foi realizada uma análise quali-quantitativa, logo foi feita uma análise qualitativa (bibliográfica, documental, saídas de campo) e quantitativa (dados estatísticos e cartográficos) do local delimitado. Como resultado, foi possível observar que a segregação socioespacial vai se modificando com o decorrer da história do Itapoã, principalmente devido às diversas intervenções realizada pelo Estado no território do Itapoã e devido a atuação dos habitantes, que além de ganhar o território, também foram responsáveis por melhorar as condições de uso, principalmente as relacionadas às moradias. Entretanto, não é possível afirmar que essas pessoas saíram da condição de segregados, pois o uso do território ainda se encontra disponibilizado de maneira desigual no território, visto que muitas localidades ainda não possuem infraestrutura básica para o funcionamento das cidades, o que impossibilita os habitantes a terem acesso a todos os direitos que um cidadão deveria possuir na sociedade atual.

**Palavras-chave:** segregação socioespacial; uso do território; Região Administrativa

## **ABSTRACT**

Socio-space segregation has always been a problem in Brazil, therefore, thousands of people have always been excluded in the national territory, whether by skin color, social class, gender and/or location in space. However, this condition was never received peacefully by these excluded groups, therefore there has always been resistance throughout history against these oppressions. This research seeks to demonstrate yet another of these stories of resistance present in the Brazilian Latin American reality. In the case in question, the reality of Itapoã, one of the Administrative Regions of Brasília, capital of Brazil, was analyzed, which arises from some occupations and becomes one of the largest outskirts of the capital. In this way, this work seeks to analyze the process of socio-space segregation in the Administrative Region of Itapoã/DF, proposing periodization based on the analysis of the first occupations to the current condition of use of the territory. To achieve this objective, research was carried out using the spatial dialectic method, based on the works of Milton Santos and Edward Soja. In the methodology, a qualitative and quantitative analysis was carried out, then a qualitative (bibliographical, documentary, field trips) and quantitative analysis (statistical and cartographic data) of the delimited location was carried out. As a result, it was possible to observe that socio-space segregation changes throughout the history of Itapoã, mainly due to the various interventions carried out by the State in the territory of Itapoã and due to the actions of the inhabitants, which in addition to acquire territory, were also responsible for better conditions of use, especially with regard to housing. However, it is not possible to state that these people have left the segregated condition, as the use of the territory is still unequally available across the territory, since many locations still do not have basic infrastructure for the functioning of cities, which makes it impossible for inhabitants to have access to all the rights that a citizen should have in today's society.

**Keywords:** Socio-space segregation; use of the territory; Administrative Region



## **RESUMEN**

La segregación socioespacial siempre ha sido un problema dentro de Brasil, por lo que miles de personas siempre han sido excluidas en el territorio nacional, ya sea por su color de piel, clase social, género y/o ubicación en el espacio. Sin embargo, esta condición nunca fue recibida pacíficamente por estos grupos excluidos, por lo que siempre ha habido resistencia a lo largo de la historia contra estas opresiones. Esta investigación busca demostrar una más de estas historias de resistencia presentes en la realidad latinoamericana brasileña. En el caso en cuestión se analizó la realidad de Itapoã, una de las Regiones Administrativas de Brasilia, capital de Brasil, que surge de algunas ocupaciones y se convierte en una de las mayores periferias de la capital. De esta manera, este trabajo busca analizar el proceso de segregación socioespacial en la Región Administrativa de Itapoã/DF, proponiendo su periodización a partir del análisis de las primeras ocupaciones hasta la actual condición de uso del territorio. Para lograr este objetivo se realizó una investigación utilizando el método dialéctico espacial, basado en los trabajos de Milton Santos y Edward Soja. En la metodología se realizó un análisis cualitativo y cuantitativo, luego se realizó un análisis cualitativo (bibliográfico, documental, salidas de campo) y cuantitativo (datos estadísticos y cartográficos) de la ubicación delimitada. Como resultado, fue posible observar que la segregación socioespacial cambia a lo largo de la historia de Itapoã, principalmente por las diversas intervenciones realizadas por el Estado en el territorio de Itapoã y por las acciones de los habitantes, que además de ganar el territorio, también fueron responsables de mejorar las condiciones de uso, especialmente las relacionadas con la vivienda. Sin embargo, no es posible afirmar que estas personas hayan salido de la condición de segregadas, ya que el uso del territorio aún es desigual en todo el territorio, ya que muchas localidades aún no cuentan con infraestructura básica para el funcionamiento de las ciudades, lo que imposibilita para que los habitantes tengan acceso a todos los derechos que debe tener un ciudadano en la sociedad actual.

Palabras-clave: segregación socioespacial; uso del territorio; Regiones Administrativas

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Migração nordestina com o veículo “Pau de Arara” em 1958 .....	33
Figura 2 – Favela no Rio de Janeiro em 1960.....	35
Figura 3 – Esboço do Plano Piloto feito por Lúcio Costa.....	41
Figura 4 - Cidade Livre em Brasília .....	42
Figura 5 – Imagem da Asa Norte.....	45
Figura 6 – Região Administrativa do Sol Nascente/DF.....	46
Figura 7 – Barragem do Lago Paranoá .....	47
Figura 8 – Paranoá Velho .....	48
Figura 9 – Imagem de satélite do Itapoã 1.....	56
Figura 10 – Imagem de satélite do Itapoã 2 .....	59
Figura 11 – Imagem de Satélite da Fazendinha.....	60
Figura 12 – Imagem de Satélite do Del Lago 1.....	61
Figura 13 - Imagem de Satélite do Del Lago 2 .....	62
Figura 14 – Resistência da população do Itapoã .....	64
Figura 15 – Fotografia aérea do Itapoã em 2001 por Acacio Pinheiro.....	67
Figura 16 – Condição das vias do Itapoã em 2005 .....	68
Figura 17 – Protesto por mais segurança no Itapoã e no Paranoá .....	70
Figura 18 – Imagem do muro que divide o Itapoã do Condomínio Entre Lagos e Condomínio Novo Horizonte. ....	73
Figura 19 – Casas e prédios residenciais da Região Administrativa do Itapoã em 2024 .....	79
Figura 20 – Ruas não pavimentadas da Região Administrativa do Itapoã.....	80
Figura 21 – Calçadas irregulares do Itapoã .....	81
Figura 22 – Ponto de ônibus na Avenida Comercial do Itapoã.....	82
Figura 23 – Praça dos Direitos do Itapoã .....	85
Figura 24 – Restaurante Comunitário do Itapoã.....	86
Figura 25 – Prédio no Itapoã 1 .....	90
Figura 26 – População do Itapoã se locomovendo fora das calçadas .....	92
Figura 27 – Carros estacionados no Itapoã.....	95
Figura 28 – Complexo Viário da Saída Leste .....	96
Figura 29 – Prédios da Avenida Comercial do Itapoã.....	100

## **LISTA DE GRÁFICOS E MAPAS**

Gráfico 1 – Tempo de deslocamento dos moradores do Itapoã até o trabalho .....	102
Gráfico 2 - Tempo de deslocamento da casa até a escola de todos os estudantes do Itapoã.....	104
Mapa 1 – Localização da Região Administrativa do Itapoã/DF .....	17
Mapa 2 – Evolução da ocupação territorial do Paranoá e Itapoã .....	50
Mapa 3 – Divisão territorial da Região Administrativa do Itapoã/DF .....	54
Mapa 4 – Localização dos principais órgãos públicos do Itapoã .....	84
Mapa 5 – Avenidas da Região Administrativa do Itapoã.....	94
Mapa 6 – Usos do território na Região Administrativa do Itapoã/DF .....	99

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - População estimada pelos censos demográficos no decorrer da história.....	31
Tabela 2 - População urbana segundo o censo (1950-2010) .....	34
Tabela 3 - População do Distrito Federal segundo o censo demográfico .....	44
Tabela 4 - Renda per capita da Região Administrativa do Itapoã no decorrer da história .....	88

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>CAESB</b>	Companhia Ambiental de Saneamento do Distrito Federal
<b>CODEPLAN</b>	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
<b>DF</b>	Distrito Federal
<b>GDF</b>	Governo do Distrito Federal
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>PDAD</b>	Programa Distrital por Amostra de Domicílio
<b>PMCMV</b>	Programa Minha Casa Minha Vida
<b>RA</b>	Região Administrativa
<b>UBS</b>	Unidade Básica de Saúde
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>UPA</b>	Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>SEÇÃO I.....</b>	<b>19</b>
<b>2. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA.....</b>	<b>19</b>
2.1 MOTIVAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA .....	19
2.2 PROBLEMATIZAÇÃO E RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL .....	20
2.3 HIPÓTESE .....	21
2.4 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO.....	21
2.5 REFERENCIAL TEÓRICO .....	22
2.6 MÉTODO E METODOLOGIA.....	25
<b>SEÇÃO II .....</b>	<b>28</b>
<b>3. ASPECTOS MACROESTRUTURAIS DA REALIDADE DO ITAPOÃ.....</b>	<b>28</b>
3.1 ASPECTOS MACRO QUE CONDICIONAM A REALIDADE DO ITAPOÃ .....	28
3.1.1 CONDICIONANTES RURAIS .....	29
3.1.2 CONDICIONANTES URBANOS .....	33
<b>SEÇÃO III.....</b>	<b>39</b>
<b>4. O ESPAÇO INTRAURBANO DE BRASÍLIA.....</b>	<b>39</b>
4.1 ORIGEM DE BRASÍLIA: MUDANÇA DA CAPITAL E A MODERNIZAÇÃO DO INTERIOR DO BRASIL .....	39
4.2 BRASÍLIA: PLANEJAMENTO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	40
4.3 A REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ E A SUAS INFLUÊNCIAS NO SURGIMENTO DO ITAPOÃ.....	46
<b>SEÇÃO IV .....</b>	<b>53</b>
<b>5. A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO ITAPOÃ E O SURGIMENTO DE UMA NOVA     REGIÃO ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>53</b>
5.1 A PRIMEIRA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO ITAPOÃ EM 1997.....	55
5.2 A GRANDE EXPANSÃO TERRITORIAL DO ITAPOÃ EM 2001 .....	57
5.3 QUESTÕES IMPORTANTES PARA AS OCUPAÇÕES .....	62
5.4 A CRIAÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÃ E AS ÚLTIMAS EXPANSÕES DAS OCUPAÇÕES .....	71
5.5 A QUESTÃO FUNDIÁRIA DO ITAPOÃ .....	74
<b>SEÇÃO V .....</b>	<b>77</b>

<b>6. A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÃ/DF .....</b>	<b>77</b>
6.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO ITAPOÃ: CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE.....	77
6.2 OS USOS DO TERRITÓRIO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÃ: VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES .....	87
6.2.1 O USO DO TERRITÓRIO PARA O ACESSO À MORADIA .....	87
6.2.2 O USO DO TERRITÓRIO PARA A MOBILIDADE .....	91
6.2.3 USOS DO TERRITÓRIO DO ITAPOÃ PARA ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	97
6.2.4 USOS DO TERRITÓRIO DO ITAPOÃ PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE .....	102
6.2.5 USOS DO TERRITÓRIO PARA LAZER E PRÁTICAS ESPORTIVAS .....	106
6.3 O ESPAÇO DO CIDADÃO E A REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÃ .....	108
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO 2.....</b>	<b>122</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A segregação socioespacial é uma condição inerente ao modo de produção capitalista que exclui milhões de pessoas ao redor do globo terrestre, indo desde os países ricos até os países pobres da periferia do capitalismo. Entretanto, como relatado em Negri (2010), esse fenômeno não ocorre da mesma maneira em todas as localidades, assim sendo essa condição muda entre os países ricos e pobres e, também, muda em relação aos diversos territórios presentes dentro de um mesmo país.

Tendo isso em vista, a situação acaba não sendo diferente dentro do território nacional brasileiro, pois a segregação socioespacial atua de maneira distinta nos diversos territórios existentes no Brasil, tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas. Essa segregação pode ser observada no uso limitado do território, como abordado em Santos e Silveira (2021) e Souza (2019), que milhões de brasileiros possuem na contemporaneidade.

No caso deste trabalho, foi analisado o processo de segregação socioespacial existente na capital do Brasil, que atualmente é Brasília, que possui uma série de singularidades existentes somente nesta cidade, pois o seu modo de organização e formação são diferentes das outras cidades brasileiras, pois se encontra dentro de um distrito e foi idealizada para ser uma cidade planejada e modernista, o que acabou não acontecendo na prática, como será aprofundado a seguir.

Entretanto, esta pesquisa não objetiva analisar todos os processos de segregação existentes na Capital Federal, mas, sim, de uma das Regiões Administrativas (RA) mais empobrecidas de Brasília, que é a Região Administrativa do Itapoã, que a sua localização pode ser observada no Mapa 1. O conceito de RA será aprofundado a seguir, mas, brevemente, pode ser considerado algo similar aos bairros existentes nas cidades brasileiras.

A Região Administrativa do Itapoã possui uma das realidades mais únicas da capital, pois foi uma das poucas localidades que surgiram a partir de uma série de movimentos socioterritoriais, como abordado em Fernandes (2005), na qual milhares de pessoas lutaram para conquistar o seu próprio território na Ocupação do Itapoã, que tinha como objetivo reduzir a segregação socioespacial e possibilitar a reprodução do modo de viver dessas pessoas. Essa origem resulta em uma série de especificidades na realidade intraurbana vivenciada pelos moradores dessa localidade, o que contrasta com a cidade modernista idealizada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer na metade do século XX.



Mapa 1 – Localização da Região Administrativa do Itapoã/DF



Fonte: IBGE (2022) e SISDIA (2019)

Elaboração própria

Dessa maneira, este trabalho busca analisar o modo como a segregação socioespacial foi vivenciada pelos moradores do Itapoã no decorrer da história, indo desde a origem da localidade em 1997 até o ano de 2024, último ano da produção desta dissertação. Vale a pena ressaltar que a data de 1997 foi encontrada nas fontes jornalísticas da época, porém essa data pode ser diferente a depender da fonte analisada.

Assim sendo, foi analisado os diversos usos do território presentes no Itapoã durante as ocupações e como esses usos foram se modificando com o decorrer do tempo e espaço, buscando, portanto, destacar os usos precários do território que se mantiveram do período ocupacional e os novos usos que surgiram com o passar do tempo.

Para viabilizar esse objeto, esta dissertação foi dividida em cinco seções, sendo elas: Percurso Teórico-Metodológico da pesquisa; Aspectos macroestruturais da realidade do Itapoã; O espaço intraurbano de Brasília; A ocupação territorial do Itapoã e o surgimento de uma nova Região Administrativa; A segregação socioespacial na Região Administrativa do Itapoã/DF. Essas seções se encontram a seguir no texto.

## SEÇÃO I

### 2. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA.

Esta seção busca detalhar o percurso teórico-metodológico realizado para a viabilização desta pesquisa, logo esta seção foi dividida em 6 partes, sendo elas: Motivações para o desenvolvimento da pesquisa; Problematização e recorte espaço-temporal; Hipótese; Objetivo Geral e Específico; Referencial Teórico; Método e Metodologia.

#### 2.1 MOTIVAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Esta dissertação foi idealizada devido a uma série de motivações, sendo elas pessoais e/ou políticas.

Primeiramente, o autor deste trabalho morou por toda a vida ao lado da Ocupação do Itapoã e posteriormente Região Administrativa do Itapoã, por conseguinte acompanhei quase todo o desenvolvimento territorial da RA, indo desde a ocupação formada por barracos de madeirite até a atual condição urbana da localidade. Desta forma, o Itapoã acabou fazendo parte da minha infância e adolescência, sendo a muito tempo uma localidade que me causa muito interesse. Esse interesse também surge devido a questões familiares, pois alguns familiares participaram dos processos de ocupação do Itapoã, deste modo, esse tema sempre me causou muito fascínio.

Essa condição aumentou após o início da minha graduação em Geografia na Universidade de Brasília (UnB), pois comecei a produzir algumas pesquisas sobre a área do Paranoá e Itapoã, porém não existia estudos sobre essa área de Brasília. Essa falta de estudos realçou um sentimento que já existia em mim a muito tempo, que era o abandono do Estado sobre essa área da Capital Federal, abandono esse que senti na pele, pois resido nesta área desde que nasci.

Devido a esse cenário, acabei direcionando toda a minha carreira acadêmica para estudar as localidades descritas anteriormente, objetivando fornecer estudos para futuras políticas públicas e denunciar a precária condição de uso existente pelos moradores locais, assim sendo esta pesquisa acaba sendo uma continuidade deste objetivo, que irá completar cinco anos com a conclusão desta dissertação.

Além disso, este trabalho também busca realçar a luta que milhares de pessoas tiveram para ocupar o território do atual Itapoã, que possivelmente foi a maior ocupação urbana da

história da Capital Federal. E, da mesma forma que faço há quase cinco anos, busco continuar denunciando as precárias condições de uso existentes nestas periferias de Brasília e fornecer material para futuras políticas públicas que possam ser empregadas.

Portanto, essa foram as motivações para se iniciar esta pesquisa, motivações essas que se tornaram mais fortes no decorrer do Mestrado, pois cada vez que me aprofundava sobre o assunto, mais revoltado eu ficava com a condição vivenciada por milhares de pessoas no decorrer da história desta RA, como poderá ser observado nas próximas seções.

## 2.2 PROBLEMATIZAÇÃO E RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL

A urbanização brasileira foi realizada, segundo Santos (2023), em um curto período de tempo, na qual milhares de pessoas migraram para os mais diversos centros urbanos existentes no Brasil. Devido a essa questão, milhões de pessoas foram/são excluídas e segregadas nas mais diversas cidades existentes no território nacional, pois ao chegarem nas cidades as localidades não possuíam infraestrutura para receber essas pessoas, resultando em uso limitado do território no período em questão e na atualidade. Entretanto, esse processo de exclusão não ocorre de maneira pacífica entre os excluídos, sendo comum existir movimentos para resistir a essa condição descrita, sendo esse o caso do Itapoã.

Tendo isso em mente, o trabalho em questão analisa como esse processo ocorreu dentro da Capital Federal, mais especificamente dentro da Região Administrativa do Itapoã, que foi durante algum tempo a maior favela existente em Brasília e possivelmente a maior ocupação da história do Distrito Federal (DF).

Vale a pena ressaltar que as divisões políticas do DF são diferentes da vivenciada em outros locais do Brasil. Isso ocorre devido ao fato de Brasília não se encontrar em um Estado, mas, sim, em um Distrito, diante disso todo o território do Distrito Federal é dividido em Regiões Administrativas, também conhecida pela sigla RA, em vez de municípios. No que diz respeito à realidade urbana, é possível afirmar que a Região Administrativa do Itapoã é um dos bairros existentes na Capital Federal.

Desta forma, essa análise foi realizada a partir de dois recortes que se complementam, o temporal e o espacial, o primeiro recorte vai desde o início do Itapoã, que surge em 1997, até o ano de 2024, ano de realização desta pesquisa. No caso do recorte espacial, foi analisada toda a área urbana oriunda de ocupação da Região Administrativa do Itapoã, que pode ser observada no Mapa 1, logo não foi feita uma análise da realidade rural, pois ela não existe, e também não foi analisada o Itapoã Parque, que é um condomínio que está sendo construído pelo Minha Casa

Minha Vida (PMCMV) e pelo Governo do Distrito Federal (GDF). Esse conjunto habitacional não foi analisado devido ao fato das obras não estarem concluídas, consequentemente seria difícil realizar uma análise completa desse novo território urbano, deste modo, esta questão poderá ser objeto de estudo de futuras pesquisas acadêmicas.

## 2.3 HIPÓTESE

A hipótese que será relatada a seguir não foi modificada desde a apresentação do pré-projeto na qualificação, o que servirá de parâmetro para descobrir as diferenças existentes entre o que foi suposto e a realidade socioespacial encontrada na pesquisa. Além disso, alguns conceitos que não foram utilizados na dissertação também se encontram presentes, o que também ajuda a compreender o modo como se desenvolveu o arcabouço teórico deste trabalho.

Tendo isso em mente, “A hipótese considerada neste trabalho é que a população da Região Administrativa do Itapoã sofre processo de segregação socioespacial que perpassa toda a sua existência. Entretanto, essa condição segregada foi se transformando com o decorrer do tempo, principalmente devido às intervenções estatais realizadas à infraestrutura urbana, que modificaram o modo como a população vivencia a RA e a forma como a segregação atua sobre esses sujeitos. Portanto, essas intervenções não retiram a condição segregada dos habitantes do Itapoã, apenas modifica o modo como essas pessoas são segregadas no espaço intraurbano do Distrito Federal. O que resulta em um uso e ocupação do solo desigual pelos seus habitantes, que variam devido ao lugar da pessoa no espaço urbano e na condição econômica vivenciada pelo sujeito”.

## 2.4 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

O **objetivo geral** deste mestrado é “Analisar o processo de segregação socioespacial da Região Administrativa do Itapoã/DF, propondo a sua periodização a partir da análise das primeiras ocupações até a atual condição de uso do território.” Para viabilizar esse objetivo, foram definidos três objetivos específicos. O **primeiro objetivo** é “Propor uma análise do contexto socioespacial que se encontra a Região Administrativa em questão, objetivando compreender as questões estruturais que se impõem à localidade”.

O **segundo objetivo** é “Caracterizar a ocupação territorial do Itapoã nos seus primeiros anos de existência, destacando a condição desse território, o modo como foi utilizado e a segregação socioespacial dos seus habitantes” e o **terceiro objetivo** é “Analisar o uso desigual

do território na atualidade, relacionando as problemáticas oriundas do tempo da ocupação com as novas questões existentes e como elas influenciam na atual segregação socioespacial”.

## 2.5 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente dissertação foi produzida a partir de conceitos e teorias desenvolvidas pelas correntes teóricas da Geografia Crítica, que forneceu todo o arcabouço teórico necessário para pôr em prática os objetivos geral e específico relatado anteriormente.

Primeiramente, o conceito primordial para a criação deste trabalho é o do espaço geográfico, que foi estudado por diversos autores no decorrer das últimas décadas, como Lefebvre (2009), Harvey (2014), Sposito (2020), Carlos (2020). Todavia, o presente trabalho será embasado a partir da produção teórica do geógrafo brasileiro Milton Santos, que define o espaço geográfico como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistema de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá.” (Santos, 2020, pág. 63)

No caso do sistema de objetos, é formado, primeiramente, por objetos naturais, porém, com o desenvolvimento das técnicas, esse cenário vai se modificando, pois o ser humano começa a criar uma natureza artificial ou uma segunda natureza, constituída por “objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos” (Santos, 2020, pág. 63).

Esses objetos, entretanto, não possuem uma significação própria, assim sendo a função desses objetos é determinada pelas relações sociais do ser humano, sendo essa a importância do sistema de ações. Vale a pena ressaltar que esses dois sistemas condicionam um ao outro, logo o sistema de objetos condiciona as ações e as ações condicionam os objetos. (Santos, 2020).

Com base na teoria desenvolvida anteriormente, Santos e Silveira (2021) afirmam que o território usado pode ser considerado sinônimo de espaço geográfico. Essa condição ocorre devido a indissociabilidade dos dois sistemas que foram citados anteriormente, que em sua conjunção resultam no território usado. Tendo como base essa reflexão teórica, a professora Maria Adélia de Souza afirma que a partir do território usado é possível criar uma categoria social de análise, que é o uso do território, como pode ser observado a seguir

o uso do território se constitui em uma categoria social de análise. Seu estudo nos permite verificar a forma como a sociedade produz e se organiza pelo uso do território, seus objetos geográficos, hoje cada vez mais tecnificados, a partir das ações realizadas por sujeitos, em função de seus interesses. São esses usos, por sua vez, constituídos pelas dinâmicas dos lugares, instituídos por acontecimentos solidários que revelam interesses específicos. (Souza, pág. 7, 2019)

Essa questão também é reforçada por Costa et al. (2024), no artigo “Território usado, Categoria de análise social. De Milton Santos a Maria Adélia Aparecida de Souza”, que foi igualmente utilizado como base para esta discussão.

Deste modo, o **uso do território** é a principal categoria utilizada para a produção da dissertação, por conseguinte a categoria foi utilizada para analisar os diversos usos existentes no território do Itapoã, indo desde a sua formação até os principais usos presentes na atualidade. Para complementar a análise, também foram utilizadas as categorias **forma, função, estrutura e processo** desenvolvidas por Santos (2020), buscando, assim, uma análise da totalidade existente no território em questão.

Aliado a questão do uso do território, este trabalho também utiliza o conceito de segregação socioespacial, que segundo Negri (2010), possui diversas definições e pesquisas no decorrer da história, sendo, portanto, um tema que é estudado desde o século XIX. Desta maneira, diversos pesquisadores analisaram os motivos que levavam as pessoas a viverem excluídas nos principais centros urbanos do mundo, indo desde análises naturalistas até as pesquisas de cunho marxista.

Nesta pesquisa, foi utilizado o conceito de segregação socioespacial oriundo das pesquisas marxistas. Assim sendo, o conceito em questão foi retirado da obra de Silvio Moisés Negri, intitulada de “Segregação Sócio-Espacial: Alguns conceitos e Análises”, no qual o autor argumenta que a segregação

deve ser interpretada como chances desiguais de se ascender socialmente. Geram-se, assim, acessos diferenciados à infra-estrutura urbana, à serviços educacionais e, conseqüentemente, à manutenção do status quo, o controle e a reprodução do exército de mão-de-obra de reserva nas cidades segregadas. Com tudo isso, nota-se, ainda, a diminuição da qualidade de vida da população, no que tange a seu acesso a recursos básicos que a cidade oferece. (Negri, pág. 10, 2010)

Deste modo, esta pesquisa adapta o conceito de segregação socioespacial em questão com a categoria de uso do território, portanto, quando menor for o acesso ao território, mais segregado essa pessoa se encontra na realidade socioespacial. Essa questão também será relacionada ao direito do cidadão trabalhado por Santos (2020), porém esse conceito será aprofundado mais à frente na dissertação.

Ademais, outro referencial teórico importante para esta dissertação foi o conceito de Movimentos Socioterritoriais criado por Fernandes (2005), que é empregado para se analisar movimentos sociais em uma perspectiva geográfica. Essa questão acaba sendo importante

devido ao fato do Itapoã ter surgido a partir de uma série de ocupações, assim sendo foi necessário utilizar as reflexões e teorias desenvolvidas por esse autor para uma melhor compreensão dos usos do território produzidos no período ocupacional.

Conceitualmente, segundo o autor citado anteriormente, Movimentos socioterritoriais são organizações que objetivam conquistar territórios para viabilizar perpetuação do modo de viver das pessoas que se encontram excluídas na sociedade atual. Portanto, baseado na teoria desenvolvida por Haesbaert (2006 e 2007), Fernandes (2005) argumenta que esses movimentos buscam territórios improdutivos para desterritorializar, modificando, assim, a sua função, paralelamente, esses territórios são reterritorializados para outra função, consequentemente mudando o seu uso do território.

Outro ponto importante para o referencial teórico diz respeito às questões de raça e gênero existentes dentro da sociedade, que possuem um papel central na produção deste trabalho. Segundo Davis (2021), em seu livro *Mulher, raça e classe*, na sociedade capitalista a exclusão não ocorre somente entre as classes sociais, portanto, a raça e o gênero também devem ser levados em consideração nos estudos acadêmicos e nos debates políticos, pois são fatores que distinguem, exploram e causam sofrimento nos indivíduos que se enquadram nessas categorias.

Nas análises espaciais, a reflexão também é válida, pois, como demonstrado no livro *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil*, organizado por Renato Emerson dos Santos, a exclusão socioespacial é condicionada pelas questões raciais e de gênero. Isso ocorre porque o racismo e o patriarcado acabam sendo utilizados como uma ferramenta para auxiliar na concentração de riqueza, indo desde a escravidão, no caso das pessoas não brancas, até o pagamento de salários inferiores e na segregação socioespacial desses grupos na atualidade.

Deste modo, o uso do território também é influenciado pelas questões gênero e raça dentro da sociedade brasileira, pois os usos mais precários desse território acabam sendo realizados pelas pessoas negra e pelas mulheres, assim sendo, não se pode considerar somente as questões de classe no momento de se analisar o uso do território, principalmente no que diz respeito às pessoas que estão segregadas na realidade socioespacial.

Portanto, esses são os referenciais teóricos primordiais para a produção desta dissertação, todavia outros conceitos e teorias secundárias serão empregados no decorrer deste estudo para auxiliar a pesquisa, por conseguinte elas serão apresentadas posteriormente no decorrer das próximas seções.



## 2.6 MÉTODO E METODOLOGIA

O Método, segundo Candido de Oliveira Salvador (2012), é um meio no qual é possível analisar a realidade de maneira sistemática, assim sendo, é necessária uma forte base teórica, de procedimentos e técnicas de pesquisa para alcançar esse propósito. Com base no que foi dito anteriormente, é possível afirmar que existem diversos métodos científicos para se realizar pesquisas acadêmicas, pois existe algumas correntes teóricas dentro da Geografia. Isto posto, três métodos predominam na atualidade, sendo eles o método hipotético-dedutivo, fenomenológico e o dialético, podendo existir algumas sub ramificações a partir dos métodos citados.

Deste modo, este trabalho foi produzido a partir da perspectiva da Geografia Crítica, que surge devido a teoria marxista produzida desde o fim da primeira metade do século XIX. Isto posto, o método utilizado neste trabalho é o dialético espacial, que se encontra embasado a partir das obras de Soja (1993) e Santos (2020). Desta forma, esse método dá um destaque à questão espacial dentro das análises dialéticas, que normalmente privilegia somente a questão temporal, assim sendo o tempo e o espaço possuem o mesmo grau de importância para o método em questão. Tendo isso em mente, foi realizada uma análise do espaço-temporal dialética da Região Administrativa do Itapoã/DF.

No que diz respeito à metodologia, foi realizada uma pesquisa qualiquantitativa, logo foi feita uma análise qualitativa (bibliográfica, documental, saídas de campo) e quantitativa (dados estatísticos e cartográficos) do local delimitado (Gil, 2017). Todavia, como abordado em Santos (1996), para realizar uma produção científica na perspectiva crítica, é preciso começar pela pesquisa qualitativa e, após essa ação, se iniciará a pesquisa quantitativa, tendo essa última o papel de apenas auxiliar na produção científica. Tendo isso em mente, a pesquisa qualiquantitativa foi do tipo explicativa, que, segundo Gil (2017), tem como fundamento a explicação dos fatores que influencia na ocorrência de um determinado fenômeno, neste caso, o fenômeno estudado foi o do uso desigual do território, segregação socioespacial e aspectos correlatos ao tema.

Primeiramente, antes de continuar explicando a metodologia, é preciso destacar que a dissertação possui cinco seções. A segunda e a terceira seção trabalharam o contexto socioespacial que a Região Administrativa do Itapoã está inserida e as questões estruturais presentes na localidade. A quarta seção aborda o processo de ocupação territorial e os seus usos existentes na RA do Itapoã. E por fim, a última seção trabalha o uso desigual do território do

Itapoã e a sua relação com o direito à cidade ou espaço do cidadão, como trabalhado por Santos (2014).

Com base nessa divisão de seções, foi necessário realizar uma revisão da literatura para cada parte produzida na dissertação. Essa ação deu embasamento teórico para a análise geográfica, principalmente no que diz respeito às primeiras seções da dissertação, que serviu para dar suporte teórico para toda a pesquisa. Deste modo, os principais conceitos revisados foram: segregação socioespacial, espaço geográfico, usos do território, ocupação territorial, movimentos socioterritoriais, direito à cidade e espaço do cidadão.

Outra etapa importante da análise qualitativa é a pesquisa documental, que serviu de fonte de informação sobre a realidade espacial em questão. Os principais documentos analisados nesta etapa foram: jornais, reportagens de televisão, documentos oficiais e relatórios de pesquisa. Essa pesquisa documental foi importante para auxiliar na produção da quarta seção e quinta seção da dissertação, pois ela auxiliou na análise do contexto existente na época delimitada e ajudou a compreender a realidade atual.

Com o embasamento teórico sólido, foram realizados alguns estudos de campo para enriquecer a análise geográfica e revisar o conteúdo teórico na realidade empírica. Em um primeiro momento foram realizadas algumas saídas de campo, sem a utilização de questionários, para fazer estudos prévios sobre a realidade espacial em questão. Em um segundo momento, foram realizados outros estudos de campo com questionários para compreender a perspectiva dos moradores sobre a condição territorial do Itapoã e resolver algumas lacunas deixadas pela análise documental.

Para pôr em prática essa segunda saída de campo, foram produzidos dois questionários que foram aplicados presencialmente com os moradores da localidade, o primeiro questionário foi aplicado nos moradores que moram desde o início da ocupação e o segundo questionário para os moradores que moram no Itapoã depois do período ocupacional. No caso do segundo questionário, ele foi criado para entrevistar os moradores mais jovens do Itapoã, pois a maioria das pessoas que ocuparam o Itapoã possuem mais de 40 anos de idade, por consequência a aplicação de somente um questionário limitaria a faixa etária dessas entrevistas. Os dois questionários em questão se encontram, respectivamente, nos Anexo 1 e 2 desta dissertação.

Finalizando a questão qualitativa, foi iniciada a busca de dados referentes à realidade do Itapoã para dar suporte à pesquisa, logo foram coletados dados sobre a condição financeira dessas pessoas, dados sobre o local de trabalho, número de habitantes por residência etc. Dessa maneira, esses dados foram coletados em sites e órgãos públicos, principalmente na Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) e Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Esses dados contribuem essencialmente para a terceira e quarta seção da dissertação.

E por fim, foram utilizadas algumas imagens de satélites disponibilizadas pelo *Google Earth* para dar suporte a pesquisa e, também foram produzidos mapas no *Qgis* com o mesmo intuito relatado anteriormente. Essa etapa também auxiliou em todas as seções da dissertação, principalmente no que diz respeito à evolução da ocupação territorial no decorrer da história do Itapoã.

Portanto, essas serão as etapas para a produção deste trabalho, a seguir será demonstrado os resultados da pesquisa realizada no decorrer dos últimos anos.

## SEÇÃO II

### 3. ASPECTOS MACROESTRUTURAIS DA REALIDADE DO ITAPOÃ

A Região Administrativa do Itapoã possui uma série de condicionantes estruturais, que perpassam desde sua formação até a atual condição urbana. Esses condicionantes vão desde a escala global até a escala intraurbana, deste modo, esta seção destrincha os fatores macro da realidade do Itapoã, os aspectos relacionados à realidade intraurbana serão trabalhados na próxima seção. Além de realçar os aspectos estruturais, esta seção busca trazer um contexto geográfico sobre a realidade em questão.

#### 3.1 ASPECTOS MACRO QUE CONDICIONAM A REALIDADE DO ITAPOÃ

A realidade brasileira possui diversos condicionantes que atingem diretamente ou indiretamente a localidade do Itapoã. Esses condicionantes estão relacionados a grande desigualdade socioespacial presente na história do Brasil, desde o espaço agrário até o espaço urbano, não podendo, portanto, separar essas duas realidades sem prejudicar uma compreensão total da realidade em questão, pois esses dois espaços se influenciam mutuamente, evidenciando o que Castilho (2014) afirma sobre a problemática de trabalhar esses dois espaços separadamente.

Antes de começar a abordar o espaço agrário e urbano brasileiro, é importante afirmar que o Brasil não começa com a chegada dos portugueses ao país. Isto posto, o atual território do Brasil era povoado por diversos povos indígenas que não viviam subjugados ao sistema capitalista, tendo o seu próprio modo de viver em sociedade e no meio natural. O número exato de pessoas que viviam nesse território é bastante difícil de estipular, porém é seguro afirmar que eram mais de um milhão de pessoas antes da chegada dos portugueses. (Ribeiro, 1995)

No caso do meio natural vivenciado pelos indígenas, Santos (2006) afirma que esses povos possuíam diversas técnicas que mediavam e mediam a relação dessas pessoas com a natureza, porém não pode ser chamado ainda de meio técnico, visto que os povos originários se encontram dependentes da natureza, principal característica desse período geográfico, e em uma relação de equilíbrio que não objetivava uma exploração predatória desse meio.

Assim sendo, é possível afirmar que os espaços geográficos produzidos pelos indígenas tinham como principal característica a geração de valor de uso, portanto, objetivava a reprodução social do modo de viver presentes nas diversas culturas dos povos que habitavam o que hoje é chamado de Brasil. Essa realidade se modifica com a chegada dos portugueses,

porque se inicia um processo de destruição do modo de viver dos indígenas a partir de um grande genocídio, que gerou milhares de mortos, na destruição da cultura indígena com as catequizações e na expulsão dos indígenas de parte dos seus territórios, ocorrendo uma desterritorialização, o que resulta na tentativa de impedir esses povos perpetuar esse modo de viver. (Ribeiro, 1995)

Com a colonização do Brasil, esses europeus trouxeram um novo modo de produção, que é o capitalista, como trabalhado por Ribeiro (1995), e uma nova forma de ocupação e usar o território nacional, que preza pelo valor de troca em detrimento do valor de uso, sendo esse um dos principais condicionantes da realidade do Itapoã, porque essa troca de valores se manteve com o passar do tempo e ainda se encontra presente na localidade estudada neste trabalho. (Carlos, 2020)

Entretanto, todo esse processo de implementação do capitalismo no Brasil e de colonização do território brasileiro não ocorreu sem a resistência de diversos povos. Essa luta de resistência começa com os indígenas, que continuam resistindo até a atualidade, e é também realizada por quilombolas, movimentos sociais do campo e da cidade, partidos políticos etc. (Santos, 2013; Fernandes et al, 2013)

Essa troca de valores influenciaram os territórios rurais e urbanos existentes no Brasil, que vai se modificando com o passar do tempo, todavia mantém a premissa destacada anteriormente, que utiliza o espaço para gerar valor de troca e para o acúmulo de capital, como será destacada a seguir.

### 3.1.1 CONDICIONANTES RURAIS

No que diz respeito ao espaço agrário, esse espaço começa a ser ocupado e utilizado no período colonial, em um sistema de grandes propriedades e baseado na mão de obra escravizada, conhecido como *plantation*. O principal objetivo desses latifúndios era a produção de commodities para a exportação, inicialmente com a cana de açúcar e posteriormente com outros tipos de produtos, como milho, café, soja, cacau, carne bovina etc. (Furtado, 2007).

Esse modelo de ocupação do espaço agrário do período colonial vai ser continuado após esse período, logo, após a colonização, o modelo predominante no Brasil é o da grande concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, os latifundiários, e o restante das terras com os camponeses, isso quando possuía terra, geralmente com pequenos pedaços de terra, conhecido como os minifúndios, como é abordado por Fernandes, Welch e Gonçalves (pag. 28, 2014) que diz

a sesmaria atribuída a determinado nobre no Brasil tornar-se-ia grande propriedade. Tratava-se de uma plataforma de lançamento do latifúndio em um sistema de plantio de monocultura para exportação para o que viriam a ser as grandes propriedades produtoras de commodities, as quais contribuiriam para a problemática da formação social do país.

Esse espaço agrário possui como outra característica primordial a exclusão das pessoas não brancas. Isso se inicia com a colonização e a utilização da mão de obra escravizada, sendo o proprietário da terra uma pessoa branca e os escravizados pessoas negras ou não brancas, assim sendo grande parte das terras rurais existentes no início do Brasil se encontrava, e ainda se encontra, com as pessoas brancas.

Esse processo é intensificado, segundo Martins (2010), devido à Lei de Terras de 1851 que tornou parte considerável das terras rurais em propriedade privada, logo as pessoas negras que ainda eram escravizadas no período não puderam ter acesso à terra como propriedade privada, sendo excluídas desse processo. Com o fim da escravidão em 1888, essas pessoas não tiveram amplo acesso as terras rurais, pois ou foram trabalhar para esses latifundiários, como trabalhadores do campo, ou tiveram que subsistir nos minifúndios, que são pequenos pedaços de terra que limitam a perpetuação do modo de vida dos camponeses, não sendo, também, incomum a migração para os centros urbanos.

Portanto, no Brasil, segundo Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), grande parte da terra rural se encontra nas mãos dos latifundiários, geralmente pessoas brancas, e o restante da terra é dividido para os camponeses, que normalmente são pessoas não brancas ou brancos empobrecidos que viviam/vivem com uma baixa qualidade de vida, especialmente as pessoas não brancas, devido a toda problemática relatada anteriormente, que perpetua o racismo estrutural, como é trabalhado por Almeida (2021).

Devido a esse modelo de uso e ocupação do espaço rural, a miséria e a desigualdade nessa parte do Brasil sempre foram presentes, pois a terra nunca estava disponível plenamente para os camponeses reproduzirem o seu modo de viver, estando geralmente dependentes dos latifundiários ou não possuindo uma quantidade de terra necessária. Essa condição varia dependendo das questões raciais e de gênero, em que a população não branca é a mais prejudicada, e da localização do indivíduo no espaço.

Essa condição descrita se intensifica com o crescimento populacional vivenciado pelo Brasil durante todo o século XX. Esse crescimento, segundo Santos (2023), ocorreu devido aos avanços da medicina, que produziu diversas técnicas, vacinas e remédios, o que possibilitou o aumento da expectativa de vida dos brasileiros e reduziu a taxa de mortalidade infantil, que aumenta a taxa de fecundidade das mulheres, consequentemente possibilita as pessoas

possuírem um número maior de filhos. Além do mais, esse crescimento não era exclusivo do mundo rural, logo também existia um elevado crescimento populacional nas cidades, que não estava relacionado somente à migração, esse processo foi gerado pelos mesmos motivos relatados anteriormente aliado a implementação de saneamento básico nas cidades.

Com as pessoas vivendo mais anos e com as mulheres possuindo mais filhos, é possível observar que o Brasil vivenciou um elevado crescimento populacional, chegando a duplicar o tamanho da população algumas vezes durante o século XX, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – População estimada pelos censos demográficos no decorrer da história

<b>Ano</b>	<b>População estimada pelos censos demográficos</b>
<b>1872</b>	9,9 milhões de pessoas
<b>1890</b>	14,3 milhões de pessoas
<b>1900</b>	17,4 milhões de pessoas
<b>1920</b>	30,6 milhões de pessoas
<b>1940</b>	41,2 milhões de pessoas
<b>1950</b>	51, 9 milhões de pessoas
<b>1960</b>	70,1 milhões de pessoas
<b>1970</b>	93, 1 milhões de pessoas
<b>1980</b>	119 milhões de pessoas
<b>1991</b>	146 milhões de pessoas
<b>2000</b>	169 milhões de pessoas
<b>2010</b>	190 milhões de pessoas
<b>2022</b>	203 milhões de pessoas

Fonte: IBGE (2024)  
Produzido pelo autor

Como é possível deduzir, com esse crescimento populacional, o número de terras para os camponeses não era suficiente para que esses indivíduos sobrevivessem no campo. Dessa maneira, milhares de pessoas começam a migrar para os então pequenos centros urbanos que existiam no período. Essa migração ocorre condicionada a desigualdade existente no campo, por consequência os principais migrantes nesses períodos eram as pessoas não brancas e/ou camponeses que foram excluídas e exploradas no espaço rural. Deste modo, essa exclusão vai sendo transferida para os centros urbanos, porém condicionada com as especificidades do mundo urbano.

O êxodo rural relatado anteriormente se intensifica com o surgimento do meio técnico no campo. O meio em questão é caracterizado pelo desenvolvimento de técnicas que influenciam o espaço geográfico e a produção, essa influência ocorre com a implementação de objetos geográficos com elevado grau de mecanização que possui a capacidade de reduzir a influência da natureza nas sociedades criadas pelo ser humano. Por conta do surgimento desse meio técnico, com a utilização, por exemplo, de máquinas agrícolas, o número de trabalhadores necessários para trabalhar no campo reduz drasticamente, assim sendo a miséria no campo, que já era grande devido ao contexto relatado anteriormente, aumenta com o meio técnico, resultando na intensificação do êxodo rural, que forçará milhões de indivíduos migrarem durante o século XX. (Santos e Silveira, 2007)

No caso do Nordeste, região de origem da maioria das habitantes do Itapoã, esse processo foi ainda mais intenso, visto que essa região era uma das mais empobrecidas existentes no território brasileiro, o que se mantém na atualidade, principalmente devido à concentração de terra e a concentração de bens técnicos nas mãos dos latifundiários. Esse último ponto é importante devido à capacidade de reduzir a influência da seca, portanto, da natureza sobre o ser humano, o que é primordial para a região, visto que os recursos naturais, como a água, são escassos. (Santos e Silveira, 2007)

Dessa maneira, com a população passando fome e sede devido aos fatores destacados e, aliado a esse processo, um forte crescimento populacional, milhões de nordestinos tiveram que migrar para os centros urbanos existentes na própria região e para outras regiões do Brasil, geralmente para o Sudeste e Centro-Oeste. (Santos e Silveira, 2007)

Essa migração ocorria em precárias condições, geralmente era feita em caminhões conhecidos como “Paus de Arara” e durava vários dias, como pode ser observado na Figura 1. Esse fenômeno é resultado da modernização desigual do território brasileiro, que privilegiava o desenvolvimento de redes técnicas, como as redes ferroviárias e rodoviárias, nas áreas que geram mais lucro para o capital e, conseqüentemente, excluía as áreas mais empobrecidas, como é trabalhado por Castilho (2014). Essa condição vai sendo amenizada com o processo de integração nacional que ocorreu com a modernização da rede rodoviária brasileira, que pavimentou parte considerável das vias brasileiras e substituiu os veículos antigos, como os “Paus de Arara”, por veículos novos, como os ônibus e veículos particulares.



Figura 1 – Migração nordestina com o veículo “Pau de Arara” em 1958



Fonte: Acervo Nacional (2024)  
Fotógrafo desconhecido.

Esse contexto rural destacado é um dos principais motivos para o surgimento do Itapoã, pois a RA é fruto da realidade agrária existente no Nordeste, que obrigou milhares de camponeses a migrarem para Brasília em busca de uma melhor qualidade de vida. Dessa maneira, a população que hoje vive no Itapoã foi diretamente excluída do mundo rural ou é descendente desses excluídos, o que evidencia a problemática destacada anteriormente em que a parte da exclusão do campo é transferida para os centros urbanos.

### 3.1.2 CONDICIONANTES URBANOS

Voltando para a escala nacional, devido a esse grande êxodo rural, é iniciado um rápido processo de urbanização das cidades brasileiras, pois milhares de pessoas passaram a chegar aos centros urbanos existentes no Brasil durante o século XX. Numericamente, durante o século XX, a população urbana do Brasil duplicou algumas vezes, como pode ser observado na Tabela 2, o que demonstra a velocidade que esse processo ocorreu na realidade brasileira. Todavia, vale a pena ressaltar que esse crescimento ocorre devido à migração e ao aumento da expectativa de vida e do número de filhos nas cidades, como é abordado por Santos (2012 e 2023).

Tabela 2 – População urbana segundo o censo (1950-2010)

<b>Ano</b>	<b>População urbana segundo os censos</b>
<b>1950</b>	18,7 milhões de pessoas
<b>1960</b>	32 milhões de pessoas
<b>1970</b>	52,9 milhões de pessoas
<b>1980</b>	82 milhões de pessoas
<b>1991</b>	110,8 milhões de pessoas
<b>2000</b>	137,7 milhões de pessoas
<b>2010</b>	160,9 milhões de pessoas

Fonte: IBGE (2024)  
Tabela elaborada pelo autor

Essas pessoas ao chegarem aos centros urbanos encontram uma cidade que já estava sendo controlada pelo modo de produção capitalista, logo parte considerável das terras urbanas eram propriedade privada da elite fundiária e as localizações da cidade que possuíam uma melhor infraestrutura urbana também não se encontravam disponíveis para essas pessoas, principalmente devido ao custo de vida. Deste modo, os migrantes tiveram que ficar nas áreas em que o capital imobiliário não valorizava ou, em casos mais extremos, tinham que ocupar esses territórios que eram valorizados pelo capital imobiliário. (Sposito, 1988).

Vale a pena ressaltar que, segundo Villaça (1998) e Costa (2011), a valorização do espaço urbano não ocorre devido a mais-valia gerada no momento de produzir a cidade, mas, sim, por conta do poder de monopólio exercido pelo capital imobiliário, que monopoliza o acesso à terra urbana e a infraestrutura urbana, com um destaque especial para a rede de mobilidade, que facilita as relações sociais dentro das cidades. Esse monopólio gera diferentes localizações dentro do espaço urbano, que varia de valor devido a disponibilidade relatada, como pode ser observado na citação abaixo, e influencia diretamente no acesso ao direito à cidade que um cidadão pode ter nos centros urbanos brasileiros.

A renda diferencial no espaço urbano é, na verdade, um diferencial de valor criado pelo poder do monopólio; as glebas de terra urbana possuem preços diferentes porque têm valores diferentes e não porque produzem rendas diferentes – e esse diferencial se dá pelo monopólio criado pela singularidade da localização. (Costa, 2011, pág. 2-3)

Isto posto, esses indivíduos que migraram acabam sendo responsáveis pela ocupação de diversas áreas das cidades brasileiras, principalmente as áreas com as condições mais precárias.

Esses territórios são formados a partir dos diversos usos que essas pessoas dão a essas áreas, como é argumentado pela professora Maria Adélia de Souza, que diz que

esse espaço não pode ser produzido como pretende Henri Lefebvre em *La Production de l'Espace*(1974). Não há produção do espaço! Há produção dos usos do território historicamente produzidos, que resultam em paisagens visíveis a olho nu, até onde a vista alcança. (Souza, 2019, pág. 7)

No caso em questão, esses usos são feitos sem ordenamento territorial, visto que o Estado não auxilia nesse processo relatado, como consequência, várias favelas e periferias surgem nas principais cidades do Brasil sem infraestrutura e planejamento, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Favela no Rio de Janeiro em 1960



Fonte: O Globo (2015)

Fotografado por Anthony Leeds

Essa precarização da cidade se mantém com o passar do tempo, pois o planejamento territorial continua dominado pelas elites econômicas que influenciam o espaço urbano. Segundo Costa (2011), existem áreas da cidade que possuem mais privilégios para o investimento estatal e privado e, dialeticamente, existem áreas com menos privilégios e uma zona de transição para as duas condições citadas anteriormente. Deste modo, é possível dividir uma cidade em quatro zonas, como pode ser observado nos parágrafos a seguir.

A primeira é a zona mais valorizada pelo capital e pelo Estado, pois recebe a maioria dos recursos, consequentemente possui um maior acesso a serviços urbano e uma maior fluidez para se locomover pela cidade. De forma dialética, a segunda zona é a parte mais segregada, que não possui acesso a esses serviços por conta da maior valorização existente na primeira zona e na terceira, que será trabalhada a seguir, por conseguinte essas áreas recebem a maioria dos recursos existentes para o ordenamento do espaço urbano.

A terceira zona é a que se encontra no processo de valorização, logo recebe uma quantidade considerável de recurso e se encontra na área de influência do capital. E por fim, também de forma dialética, a quarta zona é a área da cidade que possuía uma importância central para o capital, mas que perdeu parte dos recursos destinados, pois deixou de ser lucrativa, sendo, portanto, abandonada por esses agentes, o principal exemplo dessa zona é a alguns centros históricos das metrópoles brasileiras.

Desta forma, o uso e a ocupação do espaço urbano ocorrem de maneira distinta entre os moradores de uma mesma cidade, o que evidencia a importância da localização trabalhada por Villaça (1998). No caso dos habitantes que vivem nas áreas privilegiadas, essas pessoas acabam tendo mais acesso à vida urbana e à cidade, pois possui mais infraestrutura urbana e essas mesmas pessoas possuem um maior poder aquisitivo para comprar os serviços que foram transformados em mercadoria, essas áreas da cidade são constituídas, em sua grande maioria, por pessoas brancas.

No caso da população segregada, esse direito é inacessível devido à precária condição urbana que a periferia possui e da exacerbada desigualdade econômica existente na sociedade brasileira, o que impossibilita essas pessoas de terem acesso ao direito à cidade. Essa população segregada, em sua maioria, é formada por pessoas não brancas, o que evidencia o caráter racial existente nos espaços urbanos, como pode ser observado em Neto e Riani (2013), em que o autor demonstra que as periferias dos grandes centros urbanos do Brasil são constituídas principalmente por pessoas não brancas. Dessa maneira, a segregação socioespacial não ocorre somente por questões financeiras, mas, também, por questões raciais.

Outro fator que dificultava a vida desses migrantes, e que se mantém na atualidade, é a precarização do trabalho e a falta de empregos. Esse fenômeno ocorreu devido ao subdesenvolvimento do setor secundário, que não possuía e continua não possuindo capacidade de disponibilizar emprego para grande maioria das pessoas que viviam nas cidades. Como resultado, esses migrantes tinham que trabalhar em um setor terciário pouco desenvolvido que precarizava o trabalho. (Santos, 2012 e 2023)

Esse fenômeno, segundo Santos (2012), ocorre devido a incapacidade de desenvolver plenamente esses setores descritos anteriormente nos centros urbanos das cidades brasileiras, o que gera um subdesenvolvimento e uma intensa pobreza, o que tornava ainda mais dramática a situação de quem morava nas periferias. Essa situação continuou existindo com o passar do tempo e ainda é um problema na sociedade brasileira.

Esse subdesenvolvimento, segundo Fernandes (2009), não é exclusivo do Brasil, logo afeta outros países do Sul Global. Essa situação ocorre devido à exploração que os países do Norte Global impõem a esses países e, também, à mentalidade da burguesia desses países, que ainda tratam esses países como uma colônia.

No que diz respeito à exploração, ela foi feita de diversas maneiras no decorrer da história, como a colonização, colonialismo, imperialismo e, hoje em dia, é realizada pela via econômica. Durante as primeiras formas de dominação, os países eram obrigados pela violência a consumir os produtos dos países ricos e a trabalharem em prol desses mesmos países. Esse processo de dominação pela força vai diminuindo a partir do momento em que a dominação pela via econômica vai se consolidando, tornando a força algo desnecessário para esse processo, gerando o Capitalismo Dependente, como é trabalhado por Fernandes (2009).

Além disso, segundo Santos e Silveira (2006), o espaço geográfico possui uma grande importância nesse processo de dependência, pois ela intensifica com o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional no globo, que facilita a divisão internacional do trabalho e intensifica a imposição das necessidades de grupos externos nas ações tomadas dentro do território nacional. Esse processo resulta na produção de uma mais-valia global e na tentativa de impor políticas neoliberais, que facilitam a imposição dos desejos internacionais sobre os países pobres, o que reforçaria o processo de dependência.

Essa dependência gera um elevado nível de exploração e miséria nesses países, pois o pleno desenvolvimento se torna quase impossível, visto que grande parte das riquezas produzidas nesses países vai para os países ricos e grande parte dos avanços gerados pelo desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional ficam controladas por esses grupos, essa condição vai influenciar diretamente o mercado de trabalho nas cidades. (Santos e Silveira, 2006; Sposito, 1988)

Portanto, esse migrante encontra uma cidade sem infraestrutura para morar, como relatado anteriormente, e não possui, muitas vezes, um emprego decente para proporcionar uma boa qualidade de vida, o que resulta em uma elevada pobreza urbana nos principais centros urbanos existentes no Brasil.

No caso dos habitantes do Itapoã, essas pessoas se encontravam na situação descrita anteriormente, pois chegaram em Brasília e não tinham acesso a moradia e a um emprego digno que possibilitasse a sua inserção dentro dessa nova realidade. Para tentar modificar essa situação, essas pessoas se organizaram e ocuparam um território em busca de ter acesso ao que foi sempre negado a esses indivíduos, a uma moradia e um mínimo de qualidade de vida.

Essa luta foi parcialmente bem-sucedida e esses grupos conseguiram criar uma Região Administrativa no Distrito Federal, mas não alcançaram ainda uma boa qualidade de vida. Dessa maneira, esta dissertação busca compreender o modo como essa ocupação ocorreu, buscando-se analisar o modo como essas pessoas ocuparam e usaram esses territórios. Todavia, antes de chegar a essa etapa, é necessário abordar a realidade intraurbana de Brasília, que será o tópico da próxima seção.

### SEÇÃO III

#### 4. O ESPAÇO INTRAURBANO DE BRASÍLIA

Esta seção busca demonstrar as principais questões estruturais do espaço intraurbano de Brasília e como elas afetam a Região Administrativa do Itapoã.

##### 4.1 ORIGEM DE BRASÍLIA: MUDANÇA DA CAPITAL E A MODERNIZAÇÃO DO INTERIOR DO BRASIL

O território brasileiro sempre foi ocupado de maneira desigual, no qual a maioria da população reside próximo ao litoral. Esse fenômeno ocorre devido a herança colonial deixada pelos portugueses, uma vez que o processo de colonização ocorreu principalmente no litoral brasileiro e nas proximidades dos principais rios do país, consequentemente grande parte da população acaba vivendo nessas localidades. (Santos e Silveira, 2006)

Essa condição sempre gerou críticas ao modo como a ocupação territorial ocorria no Brasil, sendo um tema bastante debatido no decorrer da história. Dessa maneira, após a independência do Brasil, sempre se defendeu uma ocupação do oeste brasileiro, sendo os principais argumentos: o medo de perder esses territórios e a necessidade de aumentar os ganhos econômicos. (Ferreira, 2010)

Aliado a isso, existia também um debate sobre o problema de ter uma capital próxima ao litoral, que, segundo o pensamento da época, reduzia a segurança nacional devido a facilidade de países inimigos atacarem a capital. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro também possuía graves problemas de saúde, segurança pública, planejamento territorial, desigualdade econômica etc., logo também existia o debate de mudar a capital para outra localidade, objetivando criar uma capital com melhores condições de vida. (Ferreira, 2010)

Desta forma, o debate sobre a mudança da capital para o interior do Brasil surge como uma solução para os dois problemas retados anteriormente, a herança colonial e a construção de uma capital adequada para o Brasil. A primeira proposta de mudança da capital surge em 1823 com José Bonifácio, que defende a criação de uma cidade chamada de Brasília no interior do país. Após esse período, diversas propostas também são defendidas, chegando a fazer parte da primeira constituição da república, e, além disso, várias expedições foram realizadas para encontrar um local ideal para a nova capital. (Ferreira, 2010)

Entretanto, essa ideia só iria sair do papel em 1955, durante o Governo de Juscelino Kubitschek, mais de 100 anos depois da primeira proposta. Neste período, segundo Santos e Silveira (2006), o Brasil passava por um rápido processo de industrialização e modernização territorial, porém ainda não se encontrava integrado territorialmente, assim sendo a herança colonial ainda era bastante latente no território brasileiro e o sistema de transporte não interligava todas as regiões do Brasil.

Isto posto, a mudança da capital, no período, era vista como uma forma de gerar um polo de desenvolvimento para a região em questão e para o Brasil, que possuiria a capacidade de integrar o país e expandir o desenvolvimento presente em outras regiões do país, principalmente as que existiam no Sudeste, sendo esse o principal motivo para trocar a localização da capital em 1950. (Ferreira, 2010)

Com a efetivação da troca, segundo Castilho (2014), boa parte desses objetivos foram alcançados, visto que a mudança da capital foi primordial para a modernização territorial do Centro-oeste e para desenvolver a redes técnicas criadas pelo meio técnico-científico-informacional que estava se formando no período, que ajudou a interligar o território nacional, principalmente com rodovias, que ajudou a fomentar a indústria automobilística em crescimento.

Todavia, isso não retirou a herança colonial do Brasil, logo, até o presente momento, boa parte da população ainda morar nas proximidades do litoral, como foi relatado pelo Censo de 2022 que diz

Por meio dos dados disponibilizados, é possível observar, por exemplo, que, em 2022, 54,8% da população brasileira (111.277.361 pessoas) vivia em Setores Censitários a uma distância máxima de 150 km do litoral. Enquanto isso, 4,6% dos brasileiros (9.416.714 pessoas) moravam em Setores Censitários localizados até 150 km da faixa de fronteira do Brasil com outros países. (Ferreira e Belandi, 2024)

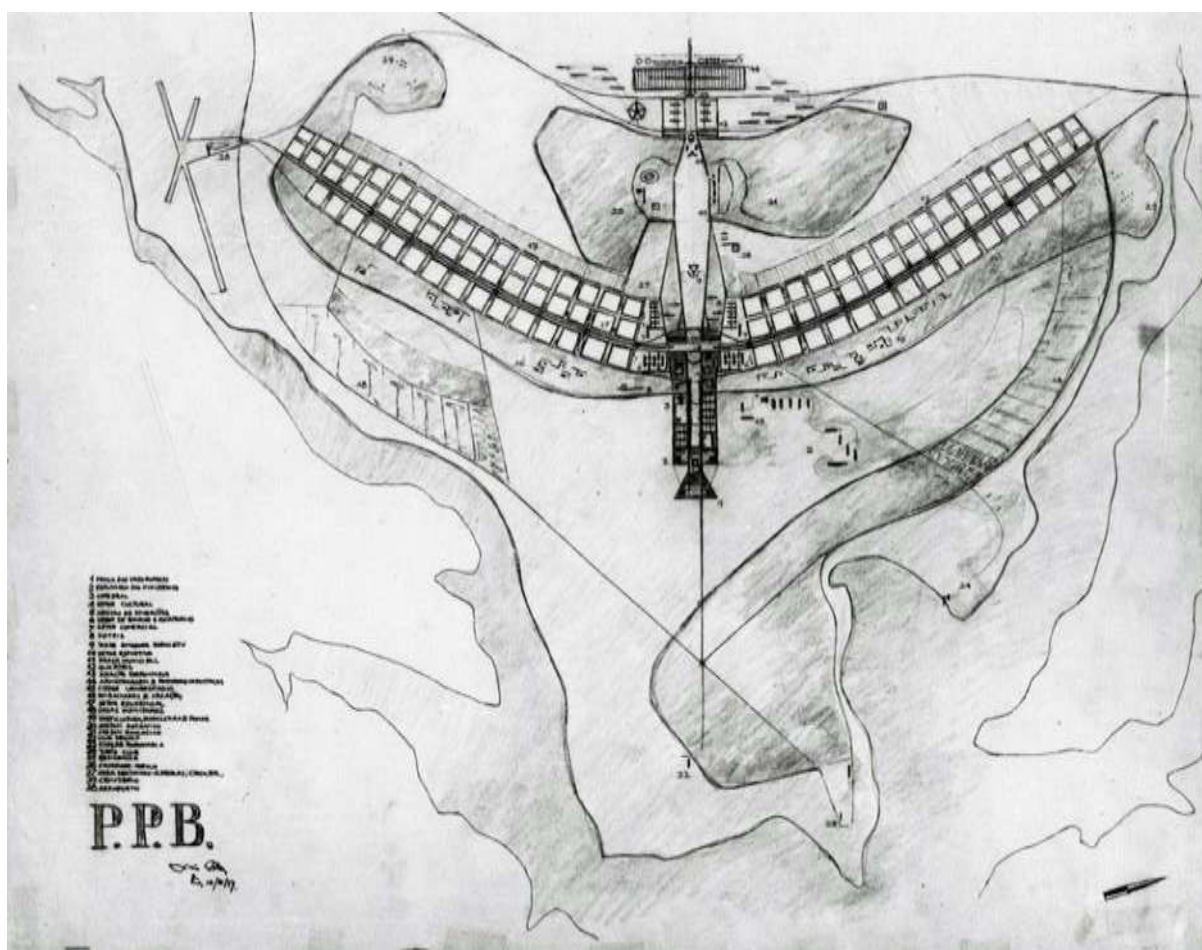
No caso da criação de uma cidade mais igualitária, que sempre foi um dos principais objetivos para a mudança da capital, essa questão ficou apenas no papel, como será demonstrado na próxima parte do texto, em que detalhará a construção da capital e do modo como a cidade foi ordenada, que não possibilitou uma cidade igualitária para todas as pessoas que residem em Brasília.

## 4.2 BRASÍLIA: PLANEJAMENTO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL



Brasília foi idealizada para ser uma cidade modernista e igualitária, dessa maneira o projeto de Lucio Costa foi escolhido para projetar uma capital que viabilizasse esse objetivo, os esboços desse projeto podem ser observados na Figura 3. Todavia, como relatado por Madeiros e Campos (2010), a cidade modernista e igualitária não se encontra disponível para todos os habitantes, visto que ela ficou restrita somente ao Plano Piloto, área nobre e tombada da capital federal. Deste modo, a cidade vivenciada pela população empobrecida da capital é muito diferente daquela imaginada no início da década de 50. Essa condição ocorre devido a uma série de fatores que perpassa toda a história da capital, fatores esses que serão abordados a seguir.

Figura 3 – Esboço do Plano Piloto feito por Lúcio Costa



Fonte: Acervo público (2024)

Primeiramente, a área do Plano Piloto não foi disponibilizada para a classe trabalhadora que veio construir a capital, logo a população responsável por construir a paisagem urbana da capital não teve acesso a cidade planejada por Lucio Costa, que ficou reservada para os

funcionários públicos e para grupos com maior poder aquisitivo. Em um primeiro momento essas pessoas puderam até morar nas proximidades do Plano Piloto, na área que ficou conhecida como Cidade Livre, como pode ser observado na Figura 4, porém com o passar do tempo, devido a uma série de políticas de contenção de ocupações e áreas irregulares, essas pessoas passaram a ser expulsas das suas moradias e foram realocadas para outras áreas distantes da área planejada, geralmente para Ceilândia. (Paviani, 2010b)

Figura 4 - Cidade Livre em Brasília



Fonte: G1 (2021)

Devido a esse cenário, segundo Paviani (2010a), Brasília pode ser dividida em duas cidades: a cidade dada e a cidade conquistada. A primeira parte diz respeito ao Plano Piloto, que foi construído e disponibilizada de graça para os funcionários públicos que estavam sendo transferidos do Rio de Janeiro para a nova capital, sendo essa uma forma de incentivo a migração dessas pessoas. Essa situação se encontra restrita ao início da capital, após esse período, os funcionários públicos deveriam entrar no mercado imobiliário para ter acesso à moradia.

No caso da cidade conquistada, a população empobrecida teve que lutar para ter um mínimo de acesso à cidade, em vários casos, essas pessoas tinham que fazer ocupações para ter acesso a esse direito. Esse cenário ocorre desde o início da construção de Brasília e persiste até o presente momento, portanto, as ocupações, conhecidas pejorativamente como invasões, possuem uma importância primordial para o surgimento do espaço intraurbano de Brasília (Paviani, 2010a).

Essas ocupações eram/são realizadas por movimentos socioterritoriais, que são grupos de indivíduos que se organizam para conquistar territórios que possibilitasse a perpetuação das relações sociais de um certo grupo (Fernandes, 2005). No caso de Brasília, esses grupos de pessoas que eram excluídas da vida urbana se organizavam para conquistar territórios que viabilizasse uma vida digna dentro da cidade, nesse processo, o movimento também se espacializava, visto que o espaço urbano era criado a partir dos territórios conquistados, dando origem a diversas áreas urbanas de Brasília.

Essa necessidade de conquistar a cidade ocorre devido a questão fundiária existente no DF e o modelo de planejamento imposto a cidade, que dificulta a população de ter acesso à moradia, principalmente as próximas do Plano Piloto. Segundo Iwakami (2010), o Distrito Federal é o maior detentor de terras da cidade, isso ocorre devido à grande desapropriação que foi feita antes da construção da capital, logo é o Estado que controla boa parte do território de Brasília. Porém esse mesmo Estado não disponibiliza moradia para a população de Brasília e realiza um planejamento que tenta deixar os brasilienses empobrecidos a mais de 20 km da sede do executivo.

Essa condição diferencia Brasília das outras cidades do Brasil, pois, geralmente, é a burguesia que controla essas terras diretamente, objetivando o poder de monopólio, que, como abordado por Harvey (2014), é essencial para a valorização dessas localidades, pois é a escassez de acesso que a faz essa terra possuir valor.

Entretanto, como abordado por Engels (2019) e diversos outros autores da corrente marxista, o Estado na sociedade capitalista serve como uma ferramenta para proteger e privilegiar a classe burguesa. Deste modo, o Estado em Brasília trabalha em prol da classe burguesa, controlando o acesso à terra pública e tentando deixar a população longe das áreas nobres, resultando em uma dinâmica de especulação imobiliária que gera vários ganhos para uma parcela da sociedade e em um elevado déficit habitacional, que impossibilita o acesso à moradia e o direito à cidade.

Essa questão se torna ainda mais dramática com o elevado número de pessoas que passaram a migrar para Brasília, que tinha se tornado um polo de atração para migrantes que

buscavam uma melhor qualidade de vida. Como pode ser observado na tabela 3, a população de Brasília duplicou de tamanho algumas vezes no decorrer de sua história, neste caso, a população de migrantes com baixo poder aquisitivo, geralmente, tinha como origem as áreas rurais do Brasil.

Tabela 3 – População do Distrito Federal segundo o censo demográfico

<b>Ano</b>	<b>População estimada pelos censos demográficos</b>
<b>1960</b>	140,1 mil pessoas
<b>1970</b>	537,4 mil pessoas
<b>1980</b>	1,1 milhão de pessoas
<b>1991</b>	1,6 milhão de pessoas
<b>2000</b>	2 milhões de pessoas
<b>2010</b>	2,5 milhões de pessoas
<b>2022</b>	2,8 milhões de pessoas

Fonte: Codeplan (2013) e Censo (2022)

Deste modo, Brasília passou por um rápido processo de urbanização durante o século XX, como é abordado por Paviani (2010a), visto que a maioria desses migrantes se assentaram na área urbana do Distrito Federal. Portanto, a população que se encontrava pelo menos na classe média, geralmente branca, morava na parte planejada da cidade ou, ao menos, na parte com infraestrutura urbana. Já no caso da população empobrecida oriunda da zona rural, em sua grande maioria pessoas não brancas, tinham que morar nas áreas segregadas da cidade, seja ela disponibilizada pelo governo ou conquistada na base da ocupação.

Essa divisão racial se mantém até a atualidade no espaço intraurbano de Brasília. Segundo dados do PDAD (2018), o Lago Sul, RA mais rica de Brasília, 75% da população é composta por pessoas brancas, já no caso Itapoã 75% da população é composta por pessoas não brancas. Essa condição se mantém se comparado os bairros ricos da cidade com os bairros empobrecidos.

Essa situação de desigualdade socioespacial persiste com o decorrer do tempo, como abordado por Costa (2011), visto que algumas áreas da cidade acabam sendo mais valorizadas pelo capital e pelo Estado, como é o caso do Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte, que recebem a maioria dos investimentos, tendo, portanto, um maior acesso a infraestrutura urbana, como saneamento básico, asfalto, áreas de lazer, escolas etc., como pode ser observado na figura 5.



Figura 5 – Imagem da Asa Norte



Fonte: G1 (2023)

Devido a concentração de investimentos relatado, as áreas empobrecidas da cidade não recebiam, e continua não recebendo, o mesmo aporte financeiro para melhorar as condições de vida dessas áreas segregadas, como é o caso do Paranoá, Planaltina, Sol Nascente, Ceilândia, logo acabam possuindo péssimas condições de infraestrutura urbana, como pode ser observado na Figura 6.

Figura 6 – Região Administrativa do Sol Nascente/DF



Fonte: Doyle e Reis (2022)

Com o decorrer do desenvolvimento do espaço intraurbano, que tornou essa cidade em uma metrópole, algumas dessas áreas com baixa infraestrutura também passaram a gerar interesse ao mercado imobiliário, como é o caso, por exemplo, de algumas partes de Taguatinga, por conseguinte acabam recebendo um maior investimento em infraestrutura. Paralelamente, algumas áreas do Plano Piloto e de outras áreas ricas da cidade perderam valor para esse mesmo mercado, como é o caso da área próxima à rodoviária do Plano Piloto, visto que elas passam a não ser mais tão rentáveis ao mercado, o que evidencia as categorias relatadas por Costa (2011).

No caso da Região Administrativa do Itapoã, essa é uma das áreas de Brasília que precisou ser conquistada pela população para ter acesso ao mínimo necessário para se viver em uma grande metrópole, um teto. Entretanto, antes de começar a abordar especificamente a realidade do Itapoã, é preciso fazer uma breve reflexão sobre a Região Administrativa do Paranoá, visto que essa RA possui uma grande influência no surgimento do Itapoã.

#### 4.3 A REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ E A SUAS INFLUÊNCIAS NO SURGIMENTO DO ITAPOÃ

A Região Administrativa do Paranoá é uma das localidades mais antigas do Distrito Federal, essa RA surge em 1957 devido a construção da Barragem do Paranoá, obra responsável por criar o Lago Paranoá, cartão postal da capital. Essa construção, que pode ser observada na

Figura 7, foi produzida por milhares de trabalhadores, geralmente oriundos do Nordeste brasileiro, esses mesmos trabalhadores ocuparam uma área nas proximidades do empreendimento, formando o que é conhecido como a Vila do Paranoá ou, como é popularmente conhecido, o Paranoá Velho. (PDAD, 2018)

Figura 7 – Barragem do Lago Paranoá



Fonte: G1 (2021)

Durante a construção, a Vila do Paranoá era tolerada pelas autoridades locais, uma fotografia do local pode ser observada na Figura 8, visto que ela facilitava o andamento da construção da barragem, principalmente devido a sua localização, que pode ser observada no Mapa 2. Essa situação muda com a inauguração do empreendimento, pois o local passa a sofrer pressão para ser realocado para outra parte da Capital, o que não é bem recebido pelos moradores do Paranoá, dando, assim, origem ao primeiro movimento de resistência à desocupação desta área de Brasília, movimento esse que foi bem-sucedido por mais de 30 anos. (Iwakami, 2010)



Figura 8 – Paranoá Velho



Fonte: Acervo fotográfico de Benedito Prézia

Digitalizado por Gersion de Castro Silva (2019)

Com a consolidação da Vila do Paranoá, parte dos migrantes que iam para Brasília, durante a segunda metade do século XX, acabavam encontrando moradia nessa localidade. Segundo a PDAD (2018), na década de 60, o Paranoá abrigava aproximadamente 3 mil pessoas, 20 anos depois, esse número passa para a casa das 30 mil pessoas, assim sendo é possível observar que a Vila do Paranoá passou por um rápido processo de urbanização durante esse período.

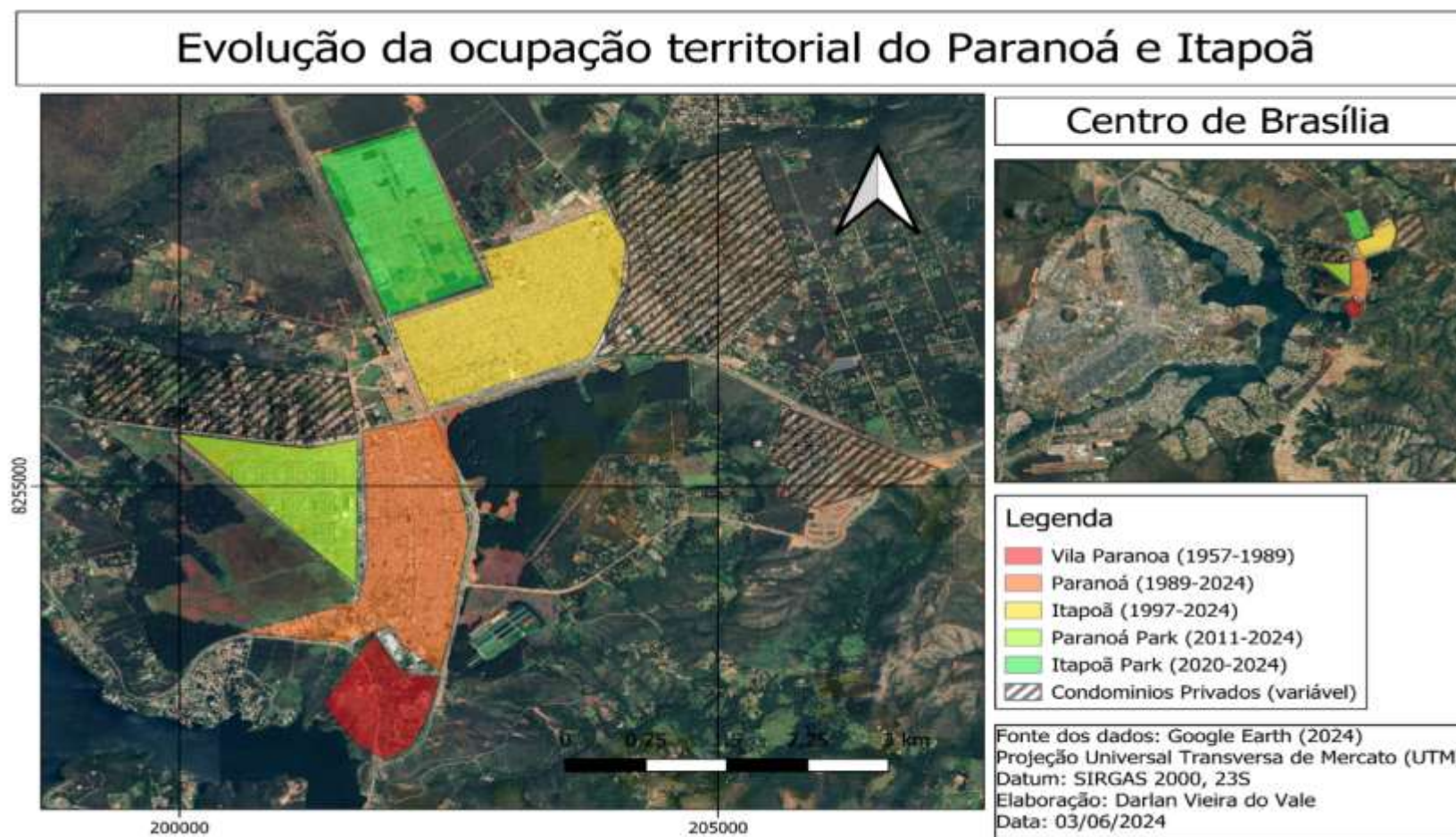
Com a chegada dessas pessoas ao Paranoá Velho, o déficit habitacional se tornou um grave problema para localidade, visto que não existia espaço para todos terem acesso à moradia. Devido a esse cenário, parte da população do Paranoá se organizou para ter acesso a novos territórios que viabilizasse uma melhor qualidade de vida, logo movimentos socioterritoriais começaram a atuar para expandir o território do Paranoá Velho. Esse movimento foi bem-sucedido no período, mesmo com as sucessivas ações de repressão imposta aos moradores do Paranoá, o que resultou na expansão do território do Paranoá. (Iwakami, 2010)

Esses movimentos foram muito bem estudados na dissertação “Espaço urbano de Brasília e a trajetória de resistência popular da Vila Paranoá” de Luiza Naomi Iwakami, que



estudou a Vila do Paranoá da sua origem até o final da década de 80, relatando a organização e territorialização desses movimentos no decorrer de 30 anos de história da Vila do Paranoá.

Mapa 2 – Evolução da ocupação territorial do Paranoá e Itapoã



Fonte: Google Earth (2024)

Elaboração própria

Essa dissertação foi transformada em um capítulo de livro, obra essa organizada pelo geógrafo Aldo Paviani no livro “A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília” de 2010. Sendo essas uma das poucas obras existentes sobre o Paranoá.

Outra contribuição importante de Iwakami (2010) foi relatar as condições de vida do Paranoá Velho, que foi, durante um tempo, uma das maiores favelas do Distrito Federal. Nesse estudo, é relatado que a população não possuía acesso a condições básicas de infraestrutura, pois o Governo do Distrito Federal proibia qualquer tipo de intervenção urbana no local, consequentemente era proibido construir casas de alvenaria, asfaltar as pistas, construir uma rede de esgoto, ter água encanada, o que obrigava a população a utilizar a água de um chafariz e do Lago Paranoá, redes de energia legalizadas etc.

Essas medidas eram feitas para facilitar uma eventual remoção dessa favela, o que acaba acontecendo posteriormente, mas, diferente de outras remoções feitas no período, o Paranoá foi realocado para uma área próxima à antiga localização, menos de 3 km de distância, como pode ser observado no Mapa 2. Segundo a PDAD (2018), a realocação foi realizada por conta da dificuldade de construir uma rede de saneamento básico no Paranoá Velho, informação essa que não foi possível ser confirmada nesta pesquisa.

Entretanto, como abordado por Silva (2019), esse processo de realocação não foi feito sem a resistência de uma parcela da população, que resistia por não querer mudar de localidade, essas pessoas não conseguiram manter as suas casas, todavia conquistaram imóveis com uma maior extensão territorial. Atualmente, o Paranoá Velho foi transformado em um parque urbano, sobrando apenas algumas ruínas e uma igreja.

Com a mudança da localidade, milhares de pessoas foram realocadas para uma área planejada que comporta aproximadamente 30 mil pessoas. Entretanto, devido ao número de pessoas sem uma residência própria em Brasília e, também, devido ao número de migrantes que chegava todos os anos ao Distrito Federal, o número de moradias não foi suficiente para reduzir o déficit habitacional relatado. Devido a esses fatores, os movimentos socioterritoriais se mantiveram vivos em busca de novos territórios que possibilitasse uma melhor qualidade de vida para essas pessoas.

Isto posto, o Itapoã, na prática, é uma expansão da área urbana do Paranoá, pois a ocupação é feita pelas pessoas que não tiveram acesso à moradia no Novo Paranoá. Portanto, após o processo de realocamento, que foi de 1989 a 1995, movimentos socioterritoriais começaram a atuar onde hoje se encontra o Itapoã, no ano de 2001, em busca de novos territórios que se encontrava próximo ao Paranoá, como pode ser observada no Mapa 2.

Dessa maneira, a luta por um território não começa em 2001 com as primeiras ocupações do Itapoã, mas, sim, na década de 50, sendo essa uma luta que perdura por década nessa área de Brasília. Todavia, mesmo sendo uma continuidade dos movimentos iniciados no Paranoá velho, esse processo acaba ocorrendo com algumas particularidades que o distingue dos movimentos relatados anteriormente, compreender essa questão é um dos objetivos da próxima seção desta dissertação.

## SEÇÃO IV

### 5. A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO ITAPOÃ E O SURGIMENTO DE UMA NOVA REGIÃO ADMINISTRATIVA.

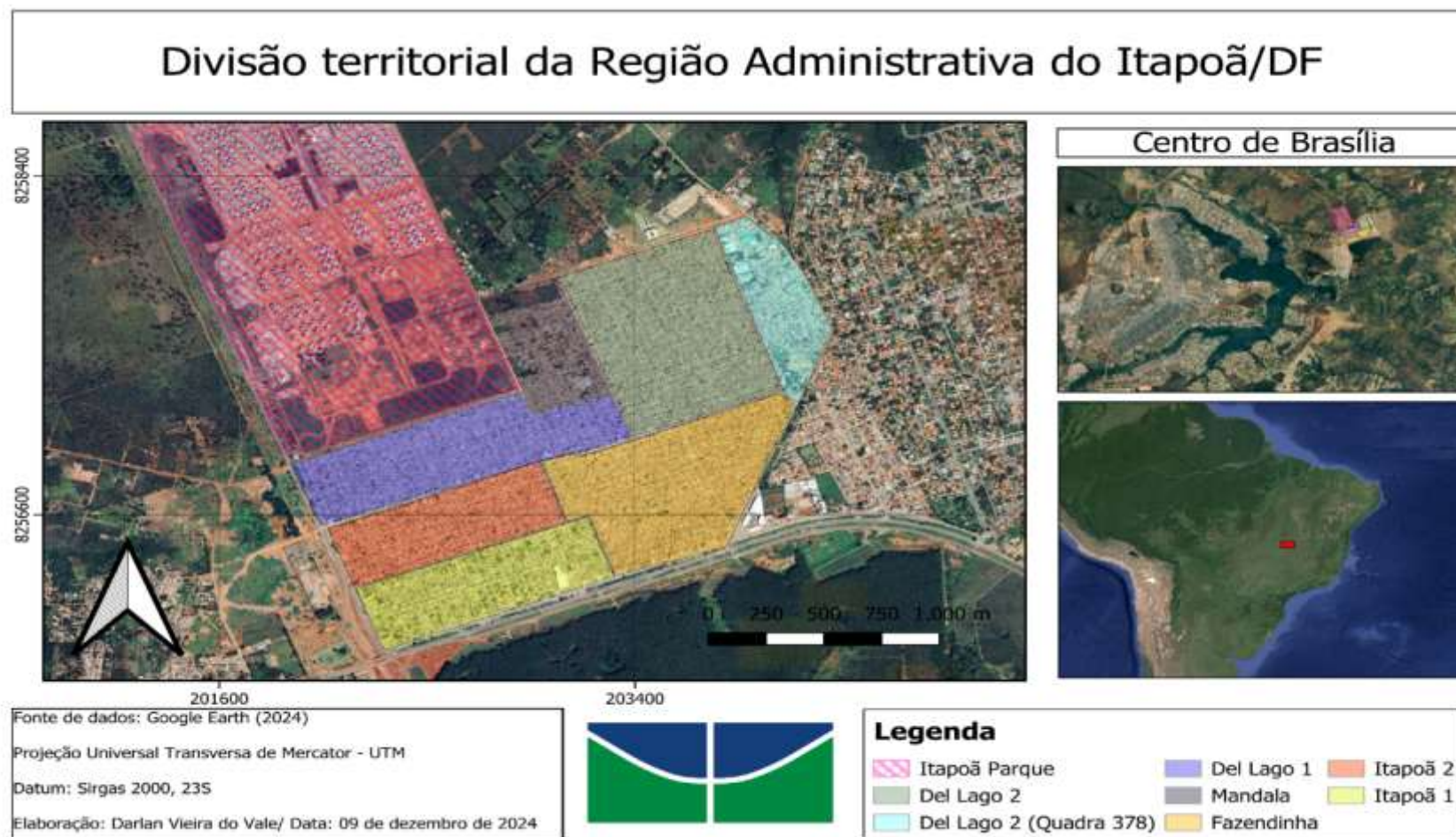
A Região Administrativa do Itapoã surgiu a partir de um processo de grilagem de terra (Itapoã 1) e por diversas ocupações, que, se considerada em conjunto, pode ser intitulada como a maior ocupação urbana da história de Brasília, chegando a conter mais de 60 mil pessoas. Essas ocupações eram realizadas por movimentos socioterritoriais, como abordado por Fernandes (2005), que tinham como objetivo a conquista de territórios para viabilizar uma melhor qualidade de vida para esses grupos, que se encontravam segregados no espaço urbano de Brasília, logo para possibilitar a perpetuação das relações sociais desse grupo.

No caso do Itapoã, a área urbana se formou a partir de um território grilado em 1997 e três grandes ocupações que se iniciaram em 2001. O território grilado deu origem ao Itapoã 1 e as três grandes ocupações deram origem ao Del Lago, Itapoã 2 e Fazendinha, que são os mesmos nomes atuais da divisão interna espacial da RA em questão, como pode ser observado em Mapa 3. Esses territórios foram pensados e ocupados separadamente, o que dá características próprias para cada uma delas, todavia, com o decorrer do processo de ocupação, principalmente devido ao grande número de ocupantes, acabaram se conectando, formando um só grande território após 2001.

Com a conquista desses territórios e com o surgimento da RA, novos movimentos socioterritoriais surgem para expandir os territórios anteriormente conquistados, o que acaba sendo bem-sucedido, dando origem a novas quadras do Del Lago e no surgimento do que a população local chama de Mandala. Após esse processo, surge a atual configuração territorial do Itapoã, que pode ser observado em Mapa 3.

Tendo isso em mente, esta seção busca detalhar o processo de ocupação territorial do Itapoã e como isso influencia o uso do território pela população na atualidade, buscando, portanto, demonstrar as rugosidades existentes nesse território e como elas influenciam na segregação socioespacial dos moradores do Itapoã. Para viabilizar esse trabalho, esta seção foi dividida em cinco partes, sendo elas: “A primeira ocupação territorial do Itapoã em 1997”; “A Grande expansão territorial do Itapoã em 2001”; “Questões importantes para as ocupações”; “A criação da Região Administrativa do Itapoã e as últimas expansões das ocupações.” e a “A questão fundiária do Itapoã”.

Mapa 3 – Divisão territorial da Região Administrativa do Itapoã/DF



Fonte: Google Earth (2024)

Elaboração própria



### 5.1 A PRIMEIRA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO ITAPOÃ EM 1997.

O Itapoã 1 surge a partir de uma grilagem de terras sobre um terreno abandonado pela União, que deveria ser utilizado pela Forças Armadas Brasileiras, mais especificamente a Marinha do Brasil. Segundo informações coletadas nas saídas de campo, o grileiro tomou esse território da União e começou a dividir a localidade em pequenos lotes no intuito de vendê-los para a população que não tinha acesso à moradia na Região Administrativa do Paranoá e de outras localidades do DF. Assim sendo, com base em Haesbaert (2006 e 2007), é possível afirmar que esse território foi desterritorializado por esse grileiro e reterritorializado, mudando, portanto, a sua função e o seu uso do território, que agora serviria para exercer funções relacionadas a realidade urbana, como moradia, mobilidade, lazer etc.

Dessa maneira, essa localidade surgiu com o intuito de expandir o acesso à moradia para os moradores da Região Administrativa do Paranoá e gerar lucro para as pessoas responsáveis pela grilagem de terra, logo começaram a ocupar uma área que se encontrava menos de um quilometro do Paranoá, com lotes de 400 metros quadrados e uma pequena avenida no meio da área residencial.

Em um primeiro momento, o Itapoã 1 surge para se tornar um condomínio fechado, buscando, assim, imitar o método de expansão territorial realizado pela classe média brasileira, que é muito comum em Brasília, como pode ser observado em Dourado e Araújo Sobrinho (2022) e também por Paviani (2010, pág. 230-231), que diz

Na evolução da metrópole, deve-se considerar também a disseminação ilegal ou irregular de “condomínios rurais” e “loteamento clandestino”, na tentativa de adicionar núcleos residenciais na contempladas nas políticas habitacionais do Governo do Distrito Federal (GDF), por vezes ao arrepio da lei.

Devido a essa condição inicial, a localidade possui um pouco mais de planejamento territorial que as outras áreas do Itapoã, pois pelo menos as vias e a divisão de lotes possuem alguma homogeneidade, como pode ser observado no Figura 9, situação essa comum nos condomínios privados de Brasília, porém esse “planejamento” se limita a essa questão, pois também não foi delimitado áreas para uso público e não teve investimento em infraestrutura urbana, o que tornava essa localidade em uma área bastante pobre, como ocorre em todo o resto do Itapoã e será aprofundado a seguir.

Figura 9 – Imagem de satélite do Itapoã 1



Fonte: Google Earth (2024)

Outro ponto importante, o Itapoã 1 não chegou a se tornar um condomínio, principalmente devido ao baixo poder aquisitivo dos moradores, das terras terem sido griladas, que atrasou a legalização do local, e dos movimentos socioterritoriais que surgiram em 2001, que expandiram o território do Itapoã e tornaram esse pequeno movimento de criação de um condomínio em parte de uma grande ocupação que se iniciava em 2001, que no final resultaria em um só grande território. Vale a pena ressaltar que o Itapoã 1 nunca foi fechado com grades ou muros, assim sendo a localidade nunca foi realmente fechada para se tornar um condomínio.

Ademais, essa análise sobre o surgimento do Itapoã 1 não pode ser muito aprofundada, pois existe um grande déficit de fontes para se aprofundar no surgimento e consolidação da localidade, por consequência não foi possível coletar muitas informações sobre essa área do Itapoã nos jornais da época, o que limita a análise em questão, portanto, a maioria das informações aqui relatadas foram coletadas nas entrevistas realizada com os moradores do Itapoã.

Isto posto, foi a partir das terras griladas no Itapoã que os moradores começaram a cogitar a expandir o território do Itapoã em busca da moradia, porém, em vez de depender dos grileiros que vendia a terra para os moradores, esse grupo de pessoas criaram os seus próprios movimentos socioterritoriais para ocupar esses territórios e terem acesso a uma melhor qualidade de vida em Brasília. Todavia, o Itapoã 1 ainda teve influência nas ocupações que



surgiram em 2001, pois esses movimentos também tentaram criar condomínios, porém esse objetivo não foi alcançado, logo acabou se tornando um dos maiores movimentos de ocupação popular do Distrito Federal e uma das maiores favelas da história de Brasília. Essa questão ainda pode ser observada na atualidade, pois alguns desses “bairros” do Itapoã ainda possuem o nome de condomínio, mas essa condição fica restrita somente a nomenclatura das localidades.

## 5.2 A GRANDE EXPANSÃO TERRITORIAL DO ITAPOÃ EM 2001

Com a consolidação do Itapoã 1, movimentos socioterritoriais começaram a surgir em 2001 em busca de mais moradias para a população das localidades do Paranoá e do Itapoã. Neste período, três grandes ocupações ocorrem em um intervalo de 3 meses, tendo cada uma delas uma organização própria para ocupar os territórios em questão, não sendo, portanto, um movimento unificado. A primeira ocupação deste período começou em 13 de julho de 2001, dando origem ao Itapoã 2. Com a manutenção da ocupação, o movimento ganhou força, dando origem a mais duas novas ocupações, sendo elas a Fazendinha, em 21 de setembro de 2001, e o Del Lago, em 28 de setembro de 2001. (Alves e Messerschmitt, 2002, pág. 8). A localização das ocupações pode ser observada no Mapa 3.

Com base nas informações coletadas nos periódicos da época e das entrevistas realizadas por quem vivenciou a ocupação, esses processos de ocupação possuíam um baixo nível organizacional, tanto no que diz respeito à organização interna de cada ocupação como em relação a unificar os diversos movimentos existentes no período. Essa falta de organização gerou diversos problemas no processo de ocupação desses territórios, como a falta infraestrutura urbana, ordenamento territorial, disputas territoriais dentro da ocupação, violência urbana etc., que serão detalhados mais à frente no texto.

Além disso, tendo como base as mesmas fontes de informações relatadas anteriormente, não foi possível observar a existência de movimentos sociais e partidos políticos de âmbito distrital ou nacional atuando diretamente no movimento de ocupação, encontrando-se apenas alguns políticos em busca de ganhos eleitorais, como é o caso do Governador Roriz. Vale a pena ressaltar que o objetivo deste trabalho não é compreender como cada uma dessas ocupações se organizavam, mas, sim, dar um panorama geral desse processo e demonstrar como ocorreu a ocupação territorial e seus reflexos na realidade atual.

Essa condição precária da ocupação acaba sendo comum em movimentos socioterritoriais que possuem pouca organização territorial, como é abordado por Goulart (2011). Na tese em questão, a autora demonstra o surgimento, a expansão e o modo de

organização do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que surgiu no mesmo período da ocupação do Itapoã. Deste modo, o que é importante aqui acaba sendo a primeira experiência de ocupação urbana do MTST, que ainda fazia parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), essa ocupação ficou conhecida como a “Cidade Parque Oziel”.

Durante a ocupação, o movimento tentou implementar as experiências das ocupações rurais na realidade urbana, porém essa medida acabou sendo pouco efetiva, mesmo com a conquista da localidade, pois acabou sendo um movimento pouco organizado devido às dificuldades existentes de se ocupar na área urbana, que são diferentes da área rural. Essa ocupação ficou marcada pelo alto número de militantes mortos nesse processo, que até hoje é a ocupação mais mortífera do movimento. (Goulart, 2011). Desta maneira, as mesmas dificuldades relatadas no Itapoã acabaram surgindo na ocupação realizada pelo MTST, como a falta de infraestrutura urbana, disputas territoriais, violência urbana etc.

Portanto, segundo Goulart (2011), a partir dessa experiência negativa, o MTST mudou a sua forma de se organizar em uma ocupação urbana, porém o Itapoã não teve essa oportunidade de repensar o seu modo de organização, visto que foi um movimento restrito à localidade. Além disso, as ocupações do Itapoã eram menos organizadas que a “Cidade Parque Oziel”, o que deixou a situação do Itapoã ainda mais desorganizada e violenta, como será detalhado a seguir.

No caso da primeira ocupação de 2001, o Itapoã 2 surge para expandir o território do Itapoã 1, que já não comportava o número de habitantes que necessitava de casa própria. Porém, diferente do primeiro processo, essa ocupação se expande de uma maneira mais desordenada com um ordenamento territorial mais precário, isso ocorre devido a não existência de um padrão para a ocupação territorial, como pode ser observada no Figura 10, logo as quadras são ordenadas de maneiras distintas, os lotes possuem diferentes tamanhos (125 a 200 m<sup>2</sup>), as ruas também são desordenadas, podendo ser estreitas, largas ou até mesmo sem saída etc.

Figura 10 – Imagem de satélite do Itapoã 2



Fonte: Google Earth (2024)

Para exemplificar essa situação, durante as saídas de campo, foi realizada uma entrevista com um morador que era responsável por dividir os lotes e por realizar o ordenamento territorial de uma rua do Itapoã, assim sendo essa pessoa foi a responsável por definir quem teria acesso a essa pequena parcela do território e do modo como essa localidade seria planejada. Essa condição ocorre em todo o Itapoã o que reflete a falta de planejamento antes relatada, pois a ocupação territorial varia a depender da rua analisada.

Além do mais, esse baixo nível de ordenação territorial é intensificado devido ao elevado número de habitantes existente no Itapoã 2, que possui mais ou menos o mesmo tamanho de território do Itapoã 1, mas, devido aos lotes menores, possui um maior adensamento populacional, o que torna a situação ainda mais dramática. Essa condição acaba sendo recorrente em todas as demais ocupações que serão tratadas neste trabalho.

No caso da segunda e terceira ocupação, a Fazendinha e o Del Lago surgem devido à elevada expansão do movimento de 2001, que ao perceber que a ocupação do Itapoã 2 poderia vingar, outras pessoas que não faziam parte do movimento começam a lutar por territórios que se encontravam nas proximidades da primeira ocupação de 2001. Como já relatado, cada uma dessas novas ocupações foi pensada separadamente, porém acabam se conectando com o Itapoã



1 e 2, formando uma só área não homogênea. Essa expansão foi ainda mais desordenada, visto que a população do Itapoã mais que dobrou em menos de um mês, com a população chegando a 60 mil indivíduos no final desse processo.

No que diz respeito à Fazendinha, essa ocupação se expandiu a uma área existente a leste do Itapoã 1 e 2, como pode ser observado no Mapa 3, essa expansão acabou sendo limitada pelos condomínios existentes na região. Da mesma forma que o Itapoã 2, o local possui uma elevada ocupação territorial e os mesmo problemas de ordenamento já relatados. Além disso, a Fazendinha também possui uma configuração territorial distinta dos seus outros dois vizinhos mais velhos, o que demonstra a não homogeneidade dessa ocupação territorial, como pode ser observado na Figura 11.

Figura 11 – Imagem de Satélite da Fazendinha



Fonte: Google Earth (2024)

Já no caso do Del Lago, essa foi a maior ocupação do Itapoã, com a sua área ocupando mais da metade da atual Região Administrativa do Itapoã. No começo desta ocupação, o processo era um pouco mais ordenado, com uma melhor organização das quadras e uma

delimitação de vias mais homogêneas, como pode ser observado na Figura 12. Essa primeira parte da ocupação acaba dando origem ao que hoje é considerado o Del Lago 1.

Figura 12 – Imagem de Satélite do Del Lago 1



Fonte: Google Earth (2024)

Todavia, com o rápido crescimento desse movimento, a ocupação acabou se expandindo para o leste de forma mais desordenada, perdendo as características do começo da ocupação, como pode ser observado na Figura 13. Esse processo acaba resultando nos mesmos problemas de ordenamento relatados no Itapoã 2 e na Fazendinha e, devido a essa clara distinção de ocupação, também acaba recebendo um outro nome, que é o Del Lago 2, tendo algumas partes dessa área também sendo chamado de Baixinho, nome dado a uma famosa rua do Del Lago 2.



Figura 13 - Imagem de Satélite do Del Lago 2



Fonte: Google Earth (2024)

Portanto, o Itapoã é formado por diversas áreas não homogêneas, com algumas partes sendo mais ordenadas e outras menos, com esses aspectos variando com base em quem ocupou esses territórios. Entretanto, por conta da rápida expansão desses territórios, que acabam se encontrando, formando a principal avenida comercial do Itapoã, essas áreas acabam se tornando uma só, mas sem homogeneidade. Deste modo, algumas questões acabam sendo iguais para todos que ocuparam esses territórios, por conseguinte serão trabalhadas de maneira conjunta na próxima parte do texto.

### 5.3 QUESTÕES IMPORTANTES PARA AS OCUPAÇÕES

A Região Administrativa do Itapoã possui vários aspectos, positivos ou negativos, que influenciaram e, em alguns casos, continuam influenciando todas as áreas ocupadas pelos movimentos descritos, logo essas questões acabam sendo de grande importância para a constituição do território e para a história de diversos indivíduos que vivenciaram essa realidade

socioespacial. Dessa maneira, não pode ser esquecida e/ou excluída das análises que buscam compreender como ocorreu a segregação socioespacial e como ela evoluiu no decorrer do tempo e espaço.

Em primeiro lugar, todas as ocupações relatadas tiveram que passar por um árduo processo de resistência para manter seus territórios. Dessa maneira, o Estado tentou acabar com as ocupações do Itapoã diversas vezes com ações judiciais e medidas bastante violentas de desocupação, como pode ser observado na reportagem abaixo

Invasão de terra para alguns, luta pela moradia para outros. A questão fundiária no Distrito Federal teve escrita ontem mais um violento capítulo. Cerca de 1500 pessoas enfrentaram 40 policiais militares no Condomínio Del Lago, uma área particular invadida às margens da DF-001, entre Sobradinho e Paranoá, a 25 quilômetros do Plano Piloto. Armados com paus, pedras e garrafas, os invasores transformaram a área de 150 hectares em um campo de guerra. O saldo foi de 15 pessoas feridas. (Alves e Messerschmitt, pág. 8, 2002)

Todavia, essas ações não foram bem-sucedidas, pois a população, formada geralmente por pessoas não brancas e nordestinas, resistiu com ações na justiça e com barricadas, como pode ser observada na Figura 14, ou, quando despejadas voltavam para o território no dia seguinte operação, como foi relatado em uma entrevista a G1 (2009). Todo esse processo durou de 3 a 4 anos, tempo que levou para o Itapoã se tornar uma Região Administrativa.

Figura 14 – Resistência da população do Itapoã



Fonte: Alves e Messerschmitt (2002)

Fotografado por Carlos Vieira

Entretanto, a luta por território não ficou restrita entre a população local e o Governo do Distrito Federal, visto que existiu lutas por território entre os habitantes da ocupação, logo pessoas que não possuíam lotes ou queriam ter mais de um lote tentavam tomar a propriedade do outro ocupante, como pode ser observado na notícia a seguir,

As novas investidas também não pouparam áreas já ocupadas. O caseiro Francisco Duarte Filho, 45 anos, precisará reerguer o barraco de madeira. A construção foi derrubada no domingo por outro invasor. (...) A costureira Maria do Carmo Santos Souza, 40, mora há dois anos com o marido e quatro filhos na invasão e confirmou que a disputa por lote foi acirrada no sábado e domingo (Rocha, pág. 23, 2003)

Essa condição também foi relatada nas entrevistas realizadas em campo.

Esse processo acaba sendo mais uma consequência da não organização do movimento, que não conseguia controlar todos que entravam na ocupação e onde seria alocado, deste modo, era comum pessoas tomarem à força os lotes que já estavam ocupados, sendo comum acontecer até homicídios por essas disputas.



Devido a essas disputas, a população de algumas quadras das ocupações do Itapoã se organizava para fazer rondas e proteger os territórios já ocupados de invasores externos durante o período da noite, como pode ser observado na reportagem feita pelo G1 (2009), em que um morador do Itapoã diz “alguns pegavam uma faca, outros pegavam um facão, um pedaço de pau, porque tinha que fazer a segurança (...) e a gente tinha que fazer a ronda até duas horas da manhã, três horas da manhã”.

Além disso, com base nas entrevistas, as mulheres eram as principais agentes para manter os lotes durante o dia, uma vez que elas eram as responsáveis por vigiar os lotes neste período, principalmente devido ao fato que a maioria dos homens trabalhavam durante o dia, sendo até comum as mulheres largarem o emprego para realizar essa função. Essa condição é reflexo da sociedade patriarcal existente no Brasil, em que o homem que deveria manter a casa financeiramente e a mulher deveria cuidar da casa, mesmo que abdicando da sua carreira.

Entretanto, mesmo devido à condição relatada, não se pode excluir o importante papel das mulheres nesse processo de resistência e ocupação, pois sem elas não teria sido possível ocupar esse território. Essa condição de luta se torna ainda mais complicada se levarmos em consideração as questões de raça, pois as mulheres negras tinham que enfrentar as consequências de uma segregação estrutural histórica de gênero e raça, que sempre deixou mais vulnerável esse grupo, principalmente no que diz respeito a questões econômicas e de violência.

Outras consequências dessa não organização foi a apropriação de imóveis por pessoas que não precisavam ou não participaram do movimento de ocupação. Dessa maneira, pessoas cercavam imóveis sem utilizá-los para ganhos patrimoniais, segundo uma pesquisa realizada pelo GDF, que se encontra disponível em Arrais (2003), 2983 domicílios se encontravam vazios em 2003. Além disso, era comum as pessoas comprarem imóveis da ocupação sem participar das ações, essa questão se intensificou durante o processo de regularização da RA, logo pessoas que não participaram das conquistas dos territórios compravam imóveis neste mercado paralelo.

Como resultado, ocorreu uma certa concentração de lotes nas mãos de empresários locais, principalmente os localizados na Avenida Comercial do Itapoã, e de pessoas que vivem de renda fundiária. Todo esse processo relatado excluiu diversas pessoas de terem acesso a moradia no Itapoã, sendo esse um dos motivos para a expansão da ocupação após a transformação do Itapoã em Região Administrativa. Essa expansão será abordada na última parte desta seção.

Em segundo lugar, durante a ocupação e alguns anos após, a população do Itapoã vivia em uma elevada pobreza urbana, segundo Santos (2023) a pobreza urbana está relacionada às péssimas condições de infraestrutura urbana e da exclusão econômica dos moradores da periferia dos centros urbanos. Essa condição também infligia sobre os moradores do Itapoã 1, pois a terra grilada foi vendida para as pessoas empobrecidas que residiam no Paranoá e em outras localidades de Brasília.

Esse fenômeno ocorria devido à negação da existência do Itapoã pelo Governo do Distrito Federal, que julgava o local irregular e não fazia investimentos no local, como já foi relatado, e da exclusão econômica que essas pessoas já vivenciavam antes da ocupação. Essa ação condenou milhares de pessoas a viver na extrema pobreza, consequentemente sem o mínimo necessário para ter uma vida digna, como será detalhado a seguir.

No caso das condições econômicas do Itapoã, segundo uma pesquisa realizada pelo GDF, em que os dados se encontram disponíveis em Klingl e Leitão (2003), a renda média mensal era de 480 reais, dois salários-mínimos em 2003, e a renda per capita era de 123 reais. Essa baixa renda também estava relacionada ao alto índice de desemprego, em que 32% da população ativa se encontrava desempregada em 2003.

No que diz respeito aos serviços urbanos, a população das ocupações e do Itapoã 1 ficaram anos sem ter acesso a saneamento básico, logo não possuíam água encanada, coleta de lixo e um sistema de esgoto, sendo necessário a utilização de poços artesianos e fossas para remediar essa condição, tendo como base a mesma pesquisa relatada anteriormente, 90% da população do Itapoã utilizavam fossas sépticas para se livrar dos dejetos produzidos pela casa.

Essa condição contaminava a água dos poços artesianos em que a população do Itapoã consumia, sendo esse um dos motivos para a urgência de implementar um sistema de água encanada na localidade, como é relatado em uma entrevista, que se encontra em Fonseca (2003, pág. 29), em que é relatado que “Aprovamos a rede de água porque, em reuniões com a CAESB, entendemos que era um caso de saúde pública. A água dos poços estava contaminada”.

Ademais, a população também passou anos sem ter acesso a vias asfaltadas, como pode ser observado na Figura 15, o que resultava em diversos transtornos para os habitantes locais, visto que, durante o período da seca, a poeira sujava as residências e até mesmo causava problemas respiratórios, como foi relatado por Torres (2003, pág. 28) que relata “Conviver em área sem pavimentação é considerado pelos moradores do Itapoã como uma das maiores dificuldade de viver em um condomínio irregular.”.

Figura 15 – Fotografia aérea do Itapoã em 2001 por Acacio Pinheiro



Fonte: Klingl e Leitão (2003)

Fotografado por Acacio Pinheiro

No período da chuva, o problema era outro, pois a poeira se transformava em lama, sujando os moradores do Itapoã, sendo comum as pessoas utilizarem uma roupa para trabalhar e outras para se locomover dentro do Itapoã, como foi relatado por alguns entrevistados.

Outra questão importante era a mobilidade urbana dentro das ocupações e do Itapoã 1. Durante esse processo e alguns anos depois, o transporte público era realizado por vans ilegais, visto que praticamente não existia transporte público dentro da RA, o que obrigava a população a utilizar transportes precários e com baixo nível de segurança, como pode ser observado na reportagem abaixo

Em alguns locais como a invasão do Itapoã e condomínios próximos ao Paranoá, onde vivem mais de 60 mil pessoas, as vans do STPAC e 35 kombis piratas era a única opção de transporte coletivo. Com o cerco da fiscalização e a falta de linhas de ônibus convencionais, os moradores da região precisavam andar até três quilômetros para chegar à parada de coletivo mais próxima, na quadra 30 da cidade do Paranoá (Ferri, pág. 26, 2004)

Além disso, como abordado por Sheller e Urry (2006), mobilidade urbana não pode ser apenas reduzida a meios de transporte motorizados, logo outros tipos de mobilidade, como se locomover a pé ou de bicicleta, também são importantes para a mobilidade de um cidadão na contemporaneidade. Entretanto, a infraestrutura urbana necessária para viabilizar esses meios de mobilidade também eram precários, visto que não existia asfalto e muito menos calçadas de qualidade nas ocupações, sendo também uma das consequências da falta de ordenamento da ocupação, que muitas vezes criavam vias que não possuísem calçadas, como pode ser observado na Figura 16.

Figura 16 – Condição das vias do Itapoã em 2005



Fonte: Brandim (2005)

Fotografado por Daniel Ferreira

No que diz respeito a saúde e educação, esses dois serviços também eram precários no período, visto que durante anos a população não teve acesso a escolas e serviços de saúde dentro do Itapoã, sendo obrigada a se locomover para outras áreas, geralmente o Paranoá, para ter acesso a esses serviços. Entretanto, devido às dificuldades de locomoção relatadas, muitos acabavam tendo dificuldade de se locomover para ter acesso a esses serviços, como



consequência, mais de 67% dos estudantes entre 7 e 14 anos não tinham acesso à educação durante o ano de 2003, como foi detalhado por Arrais (2003).

Além do mais, durante a ocupação não foi delimitado áreas para a construção de escolas ou serviços de saúde, o que também dificulta a construção desses serviços dentro dos territórios ocupados, porém isso não pode ser usado como desculpa pelo Estado para a falta desse serviço, visto que poderia ser construído em localidades nas áreas externas a ocupação, o que acabou ocorrendo posteriormente. Entretanto, fica aqui destacado a problemática de disponibilizar esses serviços nas proximidades da residência dessas pessoas, que será aprofundado na próxima seção.

Alguns desses problemas acabaram perdurando por alguns anos após a criação da Região Administrativa do Itapoã, principalmente devido à condição desigual como é tratado o espaço urbano em Brasília, em que algumas áreas da cidade recebem mais investimentos que outras, como já foi abordado por Costa (2011) neste texto. Essa questão será mais aprofundada na próxima seção do trabalho.

Em terceiro lugar, como já brevemente relatado, as ocupações sofriam com altos índices de violência urbana, seja devido às disputas territoriais ou por questões relacionadas a violência urbana (assaltos, tráfico, assassinatos, feminicídios, furtos etc.), como pode ser observado na reportagem abaixo,

Estatísticas de novembro levantadas pela 6ª DP (Paranoá) mostram que os crimes no local (Itapoã) representam 17% das ocorrências registradas na delegacia. Ali, há uma média de três ocorrências por dia na área do Itapoã, mas pode chegar a até 8 em 24 horas. “Saímos daqui para atender a um chamado e nos encontramos com mais dois ou três. Os maiores problemas são assaltos e as disputas por lotes... (Goulart, pág. 14, 2002)

Além do mais, algumas reportagens da época também relataram várias reclamações da população sobre essa condição de violência urbana, que protestou em busca de mais segurança na localidade, como pode ser observado na figura 17.

Figura 17 – Protesto por mais segurança no Itapoã e no Paranoá



Fonte: Rocha (2004)

Fotografia realizada por Cadu Gomes

Essa violência urbana é uma das consequências da exacerbada pobreza urbana existente no Itapoã, como já foi relatado anteriormente. Além disso, a falta de policiamento dentro do Itapoã também contribuiu para o aumento da violência urbana, sendo também uma questão alvo de reclamações da população na época, como pode ser observado em Rocha (2004) e confirmado pelas entrevistas realizadas com os moradores do Itapoã.

Tendo em mente tudo que foi abordado, é possível afirmar que o espaço urbano do Itapoã possuía somente a função de moradia, condição essa que era precária para todos os habitantes da localidade. Todas as outras funções que um espaço urbano deveria proporcionar para seus cidadãos, como trabalhado por Santos (2014), não se encontravam disponíveis, como o direito à saúde, educação, lazer, mobilidade etc.

Desta maneira, o uso do território era bastante limitado para a população do Itapoã no período, sendo utilizado somente para a subsistência de seus moradores, consequentemente a população do Itapoã neste período vivenciava um elevado grau de segregação socioespacial dentro da realidade socioespacial de Brasília, podendo ser considerado, além da maior ocupação de Brasília, a maior favela da capital no período.

Além do mais, todas as questões relacionadas às questões estruturais presentes no Brasil também se encontravam na localidade, logo as desigualdades de raça, gênero e classe eram evidentes, visto que a maioria da população do Itapoã é composta de pessoas não brancas, mulheres e indivíduos empobrecidos. Entretanto, essas desigualdades não podem ser analisadas sem o contexto espacial, uma vez que essas pessoas eram segregadas dentro do espaço intra-urbano de Brasília e esses espaços eram essenciais para intensificar a exclusão desses indivíduos, evidenciando a relação intrínseca entre a exclusão e as questões de raça, classe e gênero com o espaço geográfico, como abordado por Renato Emerson Nascimento dos Santos em seu livro “Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro da Geografia do Brasil”.

Portanto, todos os pontos trabalhados aqui tiveram efeitos em todas as áreas das ocupações em questão e do Itapoã 1, todavia o grau de intensidade que cada um desses processos ocorreu em cada localidade não pode ser detalhado, visto que a ocupação ocorreu a mais de 20 anos e, também, a limitação de tempo existente para produzir esta dissertação impossibilita aprofundar essas questões. Além disso, a próxima parte do trabalho irá aprofundar o início do processo de regularização das ocupações, com o surgimento da RA do Itapoã, o que também acaba sendo uma questão importante para todas as localidades trabalhadas, e para os últimos focos de ocupação, que também serão aprofundados a seguir.

#### 5.4 A CRIAÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÃ E AS ÚLTIMAS EXPANSÕES DAS OCUPAÇÕES

A Região Administrativa do Itapoã foi criada no começo de 2005, o que acabou sendo uma grande conquista para as pessoas que estavam lutando por uma vida melhor dentro da localidade, visto que a criação da RA dava um mínimo de garantia que os territórios ocupados não seriam desocupados pelo Estado e que um maior suporte seria disponibilizado para a população local. Esse processo tornou o Itapoã 1 e as três grandes ocupações em um só território, pois todas elas passaram a fazer parte de uma mesma RA.

O debate para a criação da Região Administrativa do Itapoã começou após as diversas tentativas de acabar com as ocupações do Itapoã, que não foram bem-sucedidas, por conseguinte, após perceber a impossibilidade de acabar com o movimento, discussões começam a surgir entre as forças políticas de Brasília (executivo, legislativo, lideranças políticas etc.) para legalizar a maior ocupação da história de Brasília.

Além do mais, o governador da época, Joaquim Roriz, se tornou popular no Distrito Federal por não criticar os movimentos de ocupação popular e por possibilitar a expansão das

áreas urbanas de Brasília, que quase sempre sofreu com um elevado déficit habitacional, chegando a dizer que não iria derrubar as ocupações, como pode ser observado na transcrição da reportagem a seguir, em que o Governador diz “Vocês já estão lá dentro mesmo, né, tirar polícia minha não tira” (G1, 2009).

Essa visão do Governador facilitou o processo de criação da RA, visto que ele não atrapalhou a criação da RA do Itapoã, o que poderia ter ocorrido caso o Governo fosse contra a legalização, mas, sim, auxiliou no processo de criação do Itapoã, enviando o projeto de criação da RA em questão para o legislativo, que acabou sendo aprovado, como pode ser observado na reportagem a seguir

A invasão do Itapoã, perto do Paranoá, é a nova região administrativa do Distrito Federal. O governador Joaquim Roriz sancionou a lei que cria a nova cidade. Os limites físicos da 28ª RA serão definidos pela Câmara Legislativa no prazo de 60 dias. Todo apoio operacional necessário ao funcionamento da nova administração será fornecido pela Região Administrativa do Paranoá e as despesas das obras serão pagas pelo tesouro do Governo do Distrito Federal (Correio Braziliense, pág. 24, 2005)

Entretanto, vale a pena ressaltar que esse governador não deu muito suporte para o movimento de ocupação, principalmente no que diz respeito à disponibilidade de infraestrutura, organização e a segurança pública, como já foi detalhado neste trabalho, deixando os ocupantes em precárias condições.

Com a criação da RA e com a garantia que as moradias não seriam derrubadas, novos movimentos começaram a surgir para expandir o território do Itapoã. Nesse processo, duas ocupações conseguiram sobreviver às medidas de desocupação, sendo elas a expansão do Del Lago 2 (Quadra 378) e a Ocupação da Mandala, que a sua localização exata pode ser observada no Mapa 3.

No que diz respeito à expansão do Del Lago, movimentos de ocupação surgiram entre 2006 e 2007 a leste do Del Lago 2, como foi possível observar a partir de análise de imagens de satélite. Esse território se encontrava sem ocupação entre o Itapoã e os condomínios privados, portanto, as pessoas que ainda não possuíam uma moradia na localidade buscaram expandir o Itapoã para ter acesso a moradia. Além disso, essa localidade seria destinada a construção de serviços públicos não existentes no Itapoã, o que acabou ocorrendo no futuro, essa questão também motivou a expansão do Itapoã.

Esse movimento acabou produzindo a Quadra 378 do Del Lago 2, que possui aproximadamente 10 ruas. Com essa expansão, quase todo o território do Itapoã passou a se encontrar com o Condomínio Entre Lagos, o que não agradou os moradores dos condomínios.



Desta maneira, foi criado um grande muro que divide as duas localidades relatada, como pode ser observado na Figura 18, essa construção divide toda a zona leste do Itapoã, logo o muro possui alguns quilômetros de extensão.

Figura 18 – Imagem do muro que divide o Itapoã do Condomínio Entre Lagos e Condomínio Novo Horizonte.



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Essa construção simboliza o caráter de exclusão que os moradores do Itapoã vivenciam desde o começo da ocupação, desta forma, uma zona marginalizada da cidade na qual a população tenta excluir ou até mesmo fingir que não existe. Devido a esse muro, todas as regiões próximas a ele acabam sendo chamadas de Murão pelos habitantes locais.

No que diz respeito ao Mandala, a localidade foi lentamente ocupada pelos moradores entre 2005 e 2010 em uma área ao norte do Del Lago 1, como foi observado a partir das imagens

de satélite disponibilizadas pelo Google Earth e nos jornais da época, como pode ser observado em Valeda (2008). Essa foi a última grande área ocupada no Itapoã que conseguiu conquistar plenamente o território, logo que foi reconhecida pelo poder estatal como uma área do Itapoã, resultando na atual configuração territorial do Itapoã, porém, do mesmo modo como ocorreu nas outras ocupações do Itapoã, a população local também teve que resistir e foi reprimida pela polícia do GDF. (Valeda, 2008).

Entretanto, vale a pena ressaltar que alguns movimentos socioterritoriais continuam fazendo ações na Mandala para expandir o território em questão, mas essas ocupações ainda não conseguiram conquistar esses territórios e serem incorporados a Região Administrativa do Itapoã, consequentemente acabam sofrendo ações de despejos pelo Estado e acabam vivendo em precárias condições.

Essas duas áreas relatadas (Mandala e a Quadra 378 do Del Lago) acabaram sendo as áreas mais periféricas dentro do Itapoã, pois as localidades possuíam os mesmos problemas de pobreza urbana das três grandes ocupações e do uso precário do território, assim sendo a falta de infraestrutura urbana, violência urbana, baixo poder aquisitivo, etc., porém, devido ao fato das ocupações serem mais recentes, essas áreas demoraram mais para receber investimentos públicos em infraestrutura e serviços públicos, segregando mais essas pessoas em relação ao restante da população do Itapoã. Isto posto, vale a pena ressaltar que a infraestrutura urbana dessas localidades acabou sendo melhorada com o passar do tempo, como será abordado mais a frente no texto.

Desta forma, com a consolidação das duas áreas descritas, o território da Região Administrativa do Itapoã se encontra delimitado, mantendo essa configuração até a atualidade. Todavia, parte da população do Itapoã não possui poder pleno pelas suas moradias, visto que eles ainda não possuem as escrituras dos seus imóveis, como será abordado na próxima parte do texto.

## 5.5 A QUESTÃO FUNDIÁRIA DO ITAPOÃ

Os territórios ocupados no Itapoã possuíam diversos donos antes do processo de ocupação, sendo em sua grande maioria constituído por propriedade privada, geralmente chácaras, terras da União, que eram de responsabilidade da Marinha do Brasil, e do GDF. Dessa maneira, as ocupações do Itapoã não ocorreram em um território de um único indivíduo, mas, sim, em diversos territórios, o que torna a situação bastante complicada no momento de regularizar a RA em questão. (Fonseca, 2004)

Tendo isso em mente, esta pesquisa não busca se aprofundar nesta questão, pois acabaria fugindo do propósito deste trabalho, logo será abordado somente um panorama geral sobre essa problemática, deixando aberto esse tópico para futuras pesquisas e relacionando a problemática com a questão da segregação socioespacial.

No que diz respeito às terras pertencentes à União, a questão acaba sendo um pouco mais simples, pois durante o primeiro mandato do Governo Lula se iniciou um processo de transferência dessas terras da União para a população ocupante do Itapoã, não tornando necessário uma disputa judicial para a desapropriação desse território, como pode ser observado na reportagem a seguir

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) apresentará amanhã ao Ministério Público Federal proposta para regularizar a invasão do Itapoã, na região próxima ao Paranoá. (...)O governo federal não pretende mais retomar a área. A intenção é permitir a fixação das famílias que se encaixem nos critérios do Programa Nacional de Regularização Sustentável. (Sallun, pág. 25, 2004)

Esse território em questão constitui, aproximadamente, a atual localização do Itapoã 1 e partes do Itapoã 2. Ademais, as terras que eram do GDF também se encontram na mesma condição das terras da União, assim sendo não possui muitos empecilhos jurídicos para a sua legalização. A delimitação exata desses territórios não foi encontrada durante esta pesquisa.

Vale a pena ressaltar que mesmo essa problemática sendo mais simples de se resolver, o processo de disponibilizar as escrituras para os moradores do Itapoã 1 acaba sendo bastante moroso. Deste modo, diversas pessoas, atualmente, não possuem acesso às escrituras dos seus lotes, tendo se iniciado a regularização em 2022, como pode ser observado abaixo

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) convoca os ocupantes dos imóveis localizados nos Itapoã I e II para apresentar a devida documentação, com vistas à habilitação para doação ou venda direta e posterior emissão do registro definitivo da propriedade. (Site da Administração Regional do Itapoã, 2022)

No que diz respeito às terras que eram propriedade privada, a disponibilidade das escrituras vai depender das resoluções das disputas judiciais de cada um dos territórios ocupados, o que torna a situação mais complexa. Esse impasse ocorre, geralmente, devido a discordâncias relacionadas ao valor que deveria ser pago pelo governo aos indivíduos que perderam as suas propriedades. Essa problemática ocorre, geralmente, no Del Lago, Fazendinha, Itapoã 2 e na Mandala.

Para exemplificar essa questão, quando o Governo do Distrito Federal disponibiliza escrituras para a população do Itapoã, normalmente, essa ação acaba favorecendo algumas ruas ou quadras do Itapoã, como pode ser observado no site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (2018), em foram disponibilizadas escrituras somente para as quadras 202 e 203 do Itapoã 1. Isso ocorre devido a impossibilidade de disponibilizar as escrituras para todos os habitantes de uma vez, vide a problemática relatada anteriormente.

Portanto, é possível afirmar que a grande maioria da população do Itapoã não possui acesso às escrituras de suas residências, seja devido à demora do GDF de resolver essa questão burocrática, como é o caso do Itapoã 1 e parte do Itapoã 2, e/ou por questões judiciais que impedem esse processo de ocorrer, como ocorre no resto do território. Essa questão é um dos problemas que ocorrem desde os primeiros anos do Itapoã e perduram até a atualidade, o que ajuda a manter a segregação socioespacial dos moradores do Itapoã, pois, mais de 20 anos após o início da ocupação, milhares de pessoas ainda não possuem poderes plenos sobre suas próprias moradias.

Essa é somente uma das problemáticas que perduram desde a época da ocupação, logo a próxima seção buscará interpretar como se encontram as problemáticas relatadas nesta seção, relatando os problemas que perduraram no tempo, os que foram resolvidas após a criação da RA e os novos que surgiram com o crescimento do Itapoã. Desta forma, será abordado como a segregação socioespacial foi se modificando com o decorrer do tempo até chegar à contemporaneidade.

## SEÇÃO V

### 6. A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÃ/DF

A Região Administrativa do Itapoã passou, e ainda passa, por um rápido processo de transformação urbana após a concretização da ocupação. Esse processo ocorre devido às diversas modificações na qual o espaço intraurbano vem sofrendo dos diversos agentes que atuam na localidade, como o poder estatal e privados. Devido a essa condição, o uso do território detalhado na seção anterior vai sendo modificado com o passar do tempo, surgindo novos modos de utilizar o território do Itapoã, porém sem excluir alguns usos do período ocupacional.

Desta forma, esta seção busca analisar o uso desigual do território da RA do Itapoã na atualidade, relacionando as problemáticas oriundas do tempo da ocupação com as novas questões existentes e como elas influenciam na atual segregação socioespacial. Para viabilizar esse objetivo, esta seção será dividida em três partes, sendo elas: “O processo de urbanização do Itapoã: continuidade e descontinuidade”; “Os usos do território na Região Administrativa do Itapoã: verticalidades e horizontalidades”; “O espaço do cidadão e a Região Administrativa do Itapoã”.

#### 6.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO ITAPOÃ: CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE

A Região Administrativa do Itapoã vem recebendo investimentos em infraestrutura urbana para viabilizar uma melhor condição de vida para seus habitantes. Entretanto, esses investimentos nunca foram suficientes para disponibilizar serviços públicos para toda a população da localidade.

Esse cenário ocorre devido a diferença de tratamento dado ao espaço urbano de Brasília, como já foi abordado anteriormente, em que, segundo Costa (2011), algumas áreas da cidade recebem mais investimentos públicos que outras localidades, essa diferenciação ocorre devido a capacidade que alguns agentes têm de lucrar com esse investimento desigual. Desta forma, áreas que possuíam a capacidade de aumentar o lucro desses agentes recebiam mais investimento estatal, enquanto isso, as diversas favelas existentes na Capital Federal, como é o caso do Itapoã, recebiam uma menor quantidade de investimento, mesmo com a precária condição vivenciada por esses sujeitos, como foi detalhado na seção anterior. Essa condição

continua presente na atualidade, assim sendo é possível afirmar que existe um tratamento diferenciado às diversas parcelas do território brasiliense.

Dado esse contexto, a primeira grande obra pública do Itapoã começa em 2003, sendo ela a disponibilização de saneamento básico, logo, nesse período, começou a ser construído dutos para distribuir água encanada e a rede de esgoto para a população, como pode ser observado na reportagem do Correio Braziliense (2003). Essa obra foi iniciada devido às precárias condições de saúde pública na qual os habitantes do Itapoã se encontravam, que obrigavam essas pessoas a consumirem água de poços e despejarem seus dejetos em fossas, que fazia essas pessoas ficarem com problemas de saúde relacionados à falta de saneamento, como já relatado anteriormente.

Além do mais, essa obra demorou alguns anos para ser concluída, conseqüentemente essa questão ainda foi um problema para a população do Itapoã por alguns anos após o início das obras. Isso ocorreu devido ao tamanho da ocupação do Itapoã, que era a maior favela de Brasília, e da demora para iniciar as obras de saneamento nas últimas localidades ocupadas do Itapoã, que começaram após o ano de 2010.

Atualmente, esta questão não é mais um problema para a localidade, visto que o saneamento básico se encontra disponível para praticamente toda a população da Região Administrativa do Itapoã. Essa afirmação é baseada nos dados disponibilizados pela PDAD (2021), que informa que mais de 99% da população possui água encanada e 98,9 % possuem acesso a rede de esgoto. Esse número também se repete no que diz respeito ao acesso à rede elétrica, logo a utilização de redes de energia ilegais, os famosos “gatos de luz”, não são mais necessários para a população do Itapoã.

Ao mesmo tempo, os moradores do Itapoã e pessoas externas que tinham lotes na localidade começaram a construir moradias com materiais de mais qualidade, diante disso os barracos de madeiras que marcavam a paisagem da Ocupação do Itapoã foram gradualmente sendo substituídos por casas de alvenaria e prédios de pequeno porte, como pode ser observado na Figura 19.

Figura 19 – Casas e prédios residenciais da Região Administrativa do Itapoã em 2024



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Essa mudança no território urbano não foi auxiliada pelo Governo do Distrito Federal, o que resultou na demora de concluir esse processo de transição, logo todas essas construções foram viabilizadas pela própria população local e por agentes externos, no caso deste último grupo eles acabam sendo os principais responsáveis por iniciar o processo de verticalização do Itapoã, que será aprofundado a seguir.

No que diz respeito às vias terrestres, a falta de infraestrutura foi parcialmente resolvida, pois grande parte do Itapoã possui pistas asfaltadas na atualidade, com exceção de algumas ruas da 378, como pode ser observada na Figura 20. Dessa maneira, para grande parte da população do Itapoã, a falta de asfalto não é mais um problema, porém para aqueles que não possuem

asfalto, o drama da falta de pavimentação continua presente desde a época da “Invasão do Itapoã”.

Figura 20 – Ruas não pavimentadas da Região Administrativa do Itapoã



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Além do mais, no que diz respeito às calçadas da Região Administrativa do Itapoã, a situação continua bastante semelhante ao período da ocupação, visto que as calçadas ainda não possuem uma homogeneidade, pois foram os moradores que construíram essa estrutura, assim sendo elas possuem vários formatos e altura, o que pode dificultar o uso, como pode ser observado na Figura 21.



Figura 21 – Calçadas irregulares do Itapoã



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Ademais, as vias para carro e para os pedestres ainda são influenciadas pelo modo como o Itapoã foi ocupado, pois a problemática relatada na seção anterior continua presente, logo as vias continuam tendo diferentes formatos, podendo ser ela muito estreita ou muito larga, sendo comum existir ruas que não possuem calçadas para pedestre, essa condição varia a depender da área analisada do Itapoã. Desta forma, a falta de investimento do Estado em calçadas públicas contribui para manter essa problemática histórica do Itapoã, que é a falta de vias adequadas para pedestre.

Aliado a essa questão, a infraestrutura do transporte público foi, e ainda é, um problema para o Itapoã, pois nos primeiros anos de existência da localidade o número de ônibus que rodavam pelo Itapoã era bastante restrito, o que obrigava os moradores a utilizarem as vans relatadas na seção anterior. Esse sistema ilegal começa a ser menos utilizado após uma intensa fiscalização para impedir o funcionamento das vans, essa questão não se restringe ao Itapoã, pois a vans eram utilizadas em todo o Distrito Federal.

Ao mesmo tempo, em 2008, começa a ser implementado de uma maneira mais abrangente o sistema de transporte público no Itapoã, como pode ser observado na Correio Brasiliense (2008). Esse processo ocorre a partir da utilização de ônibus e micro ônibus que eram, e de certa forma ainda é, bastante dependente do sistema de transporte público existente no Paranoá, logo colocaram os ônibus que rodavam no Paranoá para também passar no Itapoã.

Essa dependência foi se reduzindo com o passar do tempo, por conseguinte foram criadas várias linhas de ônibus exclusivas para o Itapoã, o que ajuda a reduzir o tempo de trajeto, porém essa dependência ainda se encontra presente na atualidade.

Além disso, também existe uma falta de infraestrutura para os pontos de ônibus, pois quase todos não possuem uma infraestrutura física, principalmente na Avenida Comercial do Itapoã, sendo comum os moradores esperarem o ônibus na chuva/Sol ou embaixo dos prédios existentes na comercial, como pode ser observado na Figura 22.

Figura 22 – Ponto de ônibus na Avenida Comercial do Itapoã



Fonte: Acervo pessoal (2024)

No que diz respeito ao acesso à educação, o número de escolas foi aumentando lentamente com o passar do tempo, passando de zero escolas no início da ocupação para cinco

escolas na atualidade. Partindo para questão quantitativa, a Região Administrativa do Itapoã possui três escolas de ensino fundamental 1 (Escola Classe 1 do Itapoã, Escola Classe 2 do Itapoã e Escola Classe 203 do Itapoã), uma escola de ensino fundamental 2 (Escola Zilda Arns) e uma escola de Ensino Médio (CED 01 do Itapoã), a localização exata dessas escolas pode ser observada no Mapa 4. Vale a pena ressaltar que o Itapoã possui mais uma escola de ensino fundamental 1, mas ela se encontra dentro do condomínio fechado criado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, o Itapoã Parque.

Além disso, outro problema existente é a péssima distribuição desse serviço pelo território do Itapoã, pois, como pode ser observado no Mapa 4, existe uma concentração de escolas na quadra 378, última área ocupada do Del Lago 2, que possui 3 escolas, e somente uma escola no Mandala e outra escola que se encontra fora da área ocupada do Itapoã, que é o CED 01 do Itapoã. A situação é ainda mais complicada no que diz respeito ao acesso a bibliotecas públicas, pois em toda a RA do Itapoã, somente existe uma pequena biblioteca na Mandala.

Desta forma, grande parte dos moradores do Itapoã não possuem acesso à educação próximo a sua residência, pois o Del Lago 1, Itapoã 1, Itapoã 2 e Fazendinha não possuem escolas e bibliotecas públicas dentro dos seus territórios. Essa questão ocorre devido a dois fatores, o primeiro é a não delimitação de áreas para escolas pelos ocupantes do Itapoã e o segundo, e mais importante, é a não intervenção do Governo do Distrito Federal para construir escola nessas localidades, mesmo que nas áreas não ocupadas que se encontram ao lado desses “bairros” do Itapoã.

No que diz respeito ao acesso à saúde pública, a situação acaba sendo bastante semelhante, pois as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) se concentram nas quadras 378 e na Mandala, como pode ser observado no Mapa 4. Desta forma, os mesmos bairros citados anteriormente não possuem acesso à saúde pública próximo às suas residências, logo é possível afirmar que as razões para essa questão são as mesmas relatadas no parágrafo anterior. Ademais, a Região Administrativa do Itapoã ainda não possui acesso a hospitais públicos dentro do seu território, sendo necessário se locomover para o Paranoá ou para o Plano Piloto para ter acesso a serviços mais complexos de saúde.



Mapa 4 – Localização dos principais órgãos públicos do Itapoã



Fonte: Google Earth (2024)

Elaboração própria

No que diz respeito a áreas de lazer e esporte, o Itapoã não possui parques públicos, tendo somente a Praça dos Direitos na quadra 378, que pode ser observada na Figura 23, essa praça também possui um centro de atividade física. No restante do Itapoã existem algumas quadras poliesportivas e parquinhos, que se encontram geralmente nas áreas externas da RA em questão, como pode ser observado no Mapa 4. Além do mais, o Itapoã praticamente não possui área verde, como pode ser facilmente observado nas Figuras 9,10,11,12 e 13.

Figura 23 – Praça dos Direitos do Itapoã



Fonte: Acervo pessoal (2024)

E por fim, uma das infraestruturas mais importantes criadas no Itapoã foi a construção do Restaurante Comunitário, que foi inaugurado em 2009, a localização exata pode ser observada no Mapa 4 e a sua fachada pode ser observada na Figura 24. Esse restaurante foi, e ainda é, responsável por combater a insegurança alimentar da localidade, principalmente nos

primeiros anos de existência do Itapoã, que possuía uma exacerbada pobreza urbana, isso ocorre devido ao fato que o restaurante disponibiliza refeições por apenas 1 real desde a sua inauguração, o que facilita o acesso à nutrição adequada.

Figura 24 – Restaurante Comunitário do Itapoã



Fonte: Agência Brasília (2024)

Fotografado por Toninho Tavares

Portanto, com base no que foi detalhado nesta parte do texto, é possível afirmar que o Itapoã passou por um processo de urbanização durante os últimos 20 anos, na qual foi implementada uma série de infraestrutura urbana na localidade. A seguir será aprofundado o modo como a população da Região Administrativa do Itapoã está utilizando o seu território,

visando descobrir os diversos usos existentes e como a segregação socioespacial está atuando na localidade atualmente.

## 6.2 OS USOS DO TERRITÓRIO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÃ: VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES

Os usos do território na Região Administrativa do Itapoã vão se multiplicando e se complexificando com o decorrer do tempo, indo desde os usos mais precários do território na ocupação, quando o uso se resumia ao acesso à moradia e locomoção de baixa qualidade, até os usos mais complexos e variados da atualidade, como será abordado a seguir.

### 6.2.1 O USO DO TERRITÓRIO PARA O ACESSO À MORADIA

Primeiramente, o uso do território para a moradia foi gradualmente melhorando com a infraestrutura implementada na localidade, assim sendo a implementação do saneamento básico (água, esgoto, coleta seletiva) e do sistema de energia elétrica, como abordado anteriormente, contribuem para um uso mais digno do acesso à moradia. Esse uso possibilitou as pessoas morarem em suas casas sem correrem risco de vida, tanto no que diz respeito às doenças transmitidas pelo uso de água contaminada pelas fossas, quanto pelo risco de incêndios causados pelas ligações ilegais de energia elétrica, popularmente conhecida como “gato de luz”.

Vale a pena ressaltar que esse uso não foi disponibilizado integralmente para todos os “bairros” do Itapoã, com algumas localidades recebendo esses serviços nos primeiros anos de existência da Região Administrativa do Itapoã, 2005, e outras localidades após 2010, como é o caso do Mandala e das Quadra 378 do Del Lago 2, todavia, atualmente, praticamente todos os habitantes possuem acesso a esses serviços.

Outro ponto importante do acesso à moradia é a qualidade das casas, pois durante vários anos, como abordado anteriormente, os moradores do Itapoã foram obrigados a morar em casas de madeirite, logo com a estrutura bastante precária, porém essa situação foi mudando com o passar do tempo, com a população local reconstruindo suas casas com alvenaria sem a ajuda do governo. Devido a essa situação, o acesso à moradia digna era condicionada pelas condições econômicas dos indivíduos que habitavam as residências, conseqüentemente quanto mais empobrecida era a pessoa, mais precária era esse uso do território, o que também se reflete em



uma exclusão racial e de gênero, visto que esses grupos geralmente recebem menos que as pessoas brancas no Brasil.

Essa questão é facilmente observada analisando alguns dados quantitativos, no qual mostra que a população do Itapoã sempre teve um baixo poder aquisitivo. Durante os primeiros anos de existência do Itapoã, a população do Itapoã era uma das mais empobrecidas existentes em Brasília, ficando entre a última e penúltima colocação de poder aquisitivo do Distrito Federal, como é relatado no PDAD (2011). Essa renda vai subindo levemente com o passar do tempo, como pode ser observado na Tabela 4, porém existe uma queda significativa, após 2018, devido à crise econômica. Essa renda também tende a ser mais baixa para as pessoas não brancas e para as mães solas, que chegam a ser 16% dos domicílios do Itapoã, como abordado pelo PDAD (2018).

Tabela 4 – Renda per capita da Região Administrativa do Itapoã no decorrer da história

<b>Ano</b>	<b>Renda per capita (salário-mínimo)</b>
<b>2003</b>	0,25 salário por pessoa
<b>2011</b>	0,63 salário por pessoa
<b>2013</b>	1,2 salário por pessoa
<b>2015</b>	1,4 salário por pessoa
<b>2018</b>	0,97 salário por pessoa
<b>2021</b>	0,94 salário por pessoa

Fonte: Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílios (2011; 2013; 2015; 2018; 2021) e Klingl e Leitão (2003)

Elaborado pelo autor

Atualmente, no que diz respeito ao acesso à moradia, a maioria das pessoas que possuem uma casa própria não se encontram em um estado vulnerabilidade semelhante aos primeiros anos de ocupação, pois possuem uma casa própria e, depois de vários anos, a grande maioria conseguiu construir a suas próprias moradias, não precisando mais morar em barracos feitos de madeirites. Todavia, ainda existe uma quantidade significativa de pessoas morando em casas com pouca infraestrutura, visto que, segundo o PDAD (2021), durante o ano de 2021, 10,8% das moradias do Itapoã não possuem revestimento nas paredes, assim sendo não se encontram rebocadas, o que reflete a falta de condições para construir a sua própria moradia até o presente momento.

Portanto, a implementação de infraestrutura urbana de saneamento e rede elétrica possibilita um uso mais horizontal e igualitário para a população do Itapoã, abrangendo toda a



população da RA. Entretanto, a falta de suporte para a construção de moradias resulta em um uso mais vertical do território, na qual as pessoas mais abastadas financeiramente se encontram em vantagem na utilização do território, enquanto as pessoas com menor poder aquisitivo se encontram em clara desvantagem e com um uso mais limitado, pois elas demoram mais para arcar com as obras necessárias para ter uma melhor qualidade de vida dentro das suas próprias residências.

Com o passar do tempo, um novo problema de acesso à moradia surge na Região Administrativa do Itapoã. Isso ocorre devido ao uso do território do Itapoã para a geração de renda fundiária, logo as pessoas começaram a construir moradias para alugar apartamentos, casas e kitnets para as pessoas que não tem acesso a casa própria. Esse problema surge devido ao modo como a localidade foi ocupada, que possibilitou às pessoas que já tinham moradia terem um lote no Itapoã, e devido a compra de imóveis posteriormente para o ganho de renda fundiária.

Como consequência, é possível observar uma verticalização do espaço urbano do Itapoã, assim sendo é possível observar vários prédios de 3 a 5 pavimentos na paisagem da Região Administrativa do Itapoã, como pode ser observado na Figura 25, que aumenta a concentração populacional, que já era elevada antes desse processo. Quantitativamente, segundo a PDAD (2021), 26,5% dos domicílios são utilizados para gerar renda fundiária (aluguel), por conseguinte milhares de pessoas precisam pagar aluguel para ter acesso à moradia na RA do Itapoã.

Figura 25 – Prédio no Itapoã 1



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Essa conjuntura faz essas pessoas perderem parte considerável de sua renda pagando aluguel, o que dificulta o acesso à moradia, principalmente das pessoas mais empobrecidas que habitam a localidade, condição essa que também é influenciada pelas questões de raça e gênero. Desta forma, esse novo modo de utilizar o território do Itapoã gera mais uma verticalidade para um grupo restrito da sociedade, que conseguem ter ganhos econômicos com essa condição sobre esse grupo sem acesso à moradia.

Essa falta de moradia própria também contribui para os moradores do Itapoã a possuírem alguma insegurança alimentar, pois além de receber baixos salários, a falta de moradia reduz o poder financeiro com o pagamento de aluguel, com isso, segundo o PDAD (2021), 48,1% da população do Itapoã possui alguma insegurança alimentar (32,3% insegurança leve, 9,9% insegurança grave e 5,9% insegurança moderada). Essa situação só não

é mais complicada devido ao Restaurante Comunitário existente no Itapoã, que disponibiliza refeições por 1 real, logo sem esse serviço público, a insegurança alimentar poderia ser mais elevada.

Portanto, é possível observar que existem diversos usos do território na área do acesso à moradia, indo desde os usos horizontais, que é o motivo primordial para o surgimento das ocupações que formaram o Itapoã, até os usos verticais para o ganho de renda fundiária. Devido a essa diversidade de usos, várias pessoas foram e são segregadas no que diz respeito ao acesso à moradia no decorrer de toda a história da RA em questão, porém esse fenômeno vai se modificando com o passar do tempo, principalmente devido às diversas intervenções realizadas no território do Itapoã, assim sendo o modo de exclusão vai se modificando com o passar do tempo sem acabar com o ciclo de segregação e exclusão social que sempre existiu no Itapoã.

#### 6.2.2 O USO DO TERRITÓRIO PARA A MOBILIDADE

A mobilidade dos moradores do Itapoã também vai se complexificando com o passar do tempo, com algumas novas mobilidades se desenvolvendo e outras se mantendo da mesma maneira desde o período ocupacional. Desta forma, o seu uso vai depender de uma série de fatores, como o poder econômico, da localização do indivíduo no território, capacidade de locomoção etc., como será aprofundado a seguir.

Em primeiro lugar, o uso do território pelos pedestres acaba sendo bastante limitado para diversos grupos, pois, como relatada anteriormente, a infraestrutura para calçadas acaba sendo precária nessa localidade, sendo comum não existir calçadas ou elas serem muito irregulares, condição essa que se mantém desde o período da ocupação. Deste modo, todos os habitantes do Itapoã possuem alguma dificuldade de se locomover a pé pelo Itapoã, todavia essa situação se torna mais complicada para as pessoas que possuem alguma dificuldade de locomoção, como, por exemplo, idosos e cadeirantes.

Devido a essa condição, foi possível observar nas saídas de campo que a maioria das pessoas utilizam as pistas para se locomover pela RA do Itapoã, como pode ser observado na Figura 26, podendo essas pistas serem ou não asfaltadas, logo a maioria das calçadas não exercem a sua função.

Figura 26 – População do Itapoã se locomovendo fora das calçadas



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Vale a pena ressaltar que a situação é bastante semelhante para a utilização de veículos não motorizados, como é o caso das bicicletas, visto que também não existe ciclovias dentro da área urbana do Itapoã, diante disso essa infraestrutura se encontra restrita às áreas externas da RA. Desta forma, esse uso também é limitado na localidade, sendo também comum encontrar pessoas utilizando os seus veículos não motorizados no meio da rua, consequentemente esse uso também se mantém da mesma maneira desde o período ocupacional.

Além dos problemas relatados anteriormente, a violência urbana também acaba afetando o uso dessas mobilidades, uma vez que é comum relatos de assaltos nas ruas do Itapoã, que também dificulta o uso seguro das vias. Deste modo, a violência urbana que existe desde o início das ocupações continua presente atualmente, mesmo que em um nível mais baixo do que era nos primórdios da Região Administrativa do Itapoã. Essa falta de segurança foi amplamente ressaltada por praticamente todas as mulheres entrevistadas durante a produção desta pesquisa, logo, elas relataram que não se sentiam seguras dentro da Região Administrativa do Itapoã, o que evidencia a importância das questões de gênero relatadas anteriormente.

Essa problemática dos usos das vias pelos pedestres também influencia outro tipo de mobilidade, que é a do transporte público, pois a maioria da população precisa se locomover a

pé até o meio de transporte público. Essa condição varia a depender do lugar que a pessoa mora no Itapoã, pois parte considerável da população mora distante das paradas de ônibus, que se concentra nas principais avenidas, Avenida Del Lago, Avenida Murão e Baixinho, assim sendo quem precisa se locomover por mais tempo, será mais prejudicado pelas péssimas condições das vias e da violência urbana. A localização das avenidas pode ser observada no Mapa 5.

Ademais, o transporte público também não possui uma elevada qualidade, como foi observado em algumas saídas de campo e em reportagens de jornais eletrônicos, sendo comum encontrar: ônibus cheios, poucas rotas na localidade e ônibus que são compartilhados com a Região Administrativa do Paranoá, o que torna os trajetos mais longos e demorados, visto que os ônibus passam primeiro no Paranoá. Esses problemas acabam dificultando o seu uso pela população local, o que acaba sendo alvo de reclamação dos moradores da RA em questão, como pode ser observado na reportagem da TV Globo de Brasília (2022) e nas entrevistas realizadas nas saídas de campo.

Essa condição é gerada devido a precarização do transporte público de Brasília, que é administrada por algumas empresas privadas, logo o objetivo dessas empresas acaba sendo a geração de lucro. Esse lucro é gerado a partir da redução do número de linhas, com os ônibus cheios, com repasses bilionários do Governo do Distrito Federal, sucateamento da linha etc., o que resulta na queda da qualidade do serviço em questão. (Vasconcelos, 2021).

Aliado a isso, o preço do transporte público para a população também se torna um problema, pois o preço da passagem do transporte público acaba sendo bastante elevado na Capital Federal, chegando a custar até 5,50 reais, o que também limita o uso desse transporte pela população de baixa renda.

Essa situação acaba trazendo diversos transtornos para a maioria da população, visto que é o meio de transporte mais utilizado na localidade. Segundo o PDAD (2021), mais de 46,7% da população que possui algum tipo de trabalho utilizam esse meio de transporte para se locomover ao trabalho. Além disso, esse meio de transporte também é utilizado pelos estudantes do Itapoã que frequentam escolas em outras localidades e por pessoas que somente querem se locomover pelo espaço, os dados para essas afirmações não se encontram presentes nos estudos feitos pelo PDAD, porém são facilmente observadas em saídas de campo, por exemplo, é possível observar ônibus abarrotados de estudantes.



Mapa 5 – Avenidas da Região Administrativa do Itapoã



Fonte: Google Earth (2024)

Elaboração própria

Devido a essa condição descrita, o uso de meio de transporte motorizados individuais acaba sendo bastante comum na RA do Itapoã, principalmente os carros e as motos. Entretanto, como já relatado anteriormente, o modo como o Itapoã foi ocupado dificulta a locomoção de um número elevado de carros, visto que não existem muitas vias largas e estacionamento na localidade, sendo comum engarrafamento nas avenidas e muitos carros estacionados nas vias estreitas, como pode ser observado na Figura 27, o que também dificulta a locomoção de pedestres e do transporte público, sendo esse também um dos motivos da baixa qualidade desse meio de transporte.

Figura 27 – Carros estacionados no Itapoã



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Contudo, mesmo com todas as dificuldades relatadas, esse meio de transporte ainda funciona, pois os moradores ainda conseguem utilizar vias alternativas e acaba sendo mais rápido e seguro que as outras maneiras anteriormente relatadas de se locomover no Itapoã, sendo utilizado, segundo o PDAD (2021), por mais de 46% da população que possui algum tipo de trabalho.



Essa mobilidade também é privilegiada pelo Estado dentro da RA, visto que a última grande obra de mobilidade, o Complexo Viário da Saída Leste, foi realizada para facilitar a locomoção de veículos motorizados, como pode ser observado da Figura 28, enquanto isso a infraestrutura para pedestres se encontra da mesma forma como foi construída pelos habitantes do Itapoã.

Figura 28 – Complexo Viário da Saída Leste



Fonte: Agência Brasília (2024)

Fotografado por Anderson Parreira

Vale a pena ressaltar que essa condição precária de todas as mobilidades relatadas acaba variando dependendo da localização analisada, o que realça a importância deste conceito trabalhado por Costa (2011) e Villaça (1998), visto que as vias e as calçadas vão ser diferentes a partir de qual ocupação formou a área, pois, por exemplo, as calçadas e vias do Itapoã 1 geralmente são mais largas que as do Itapoã 2, logo existe uma diferenciação entre as áreas que formaram a RA do Itapoã. Todavia, devido à falta organização ocupacional, essas vias também podem também fugir do padrão dentro de cada uma das ocupações, principalmente das que possuíam o menor nível organizacional, como é o caso do Itapoã 2, Del Lago 2 e a Fazendinha.

Portanto, existe uma grande complexidade de usos de mobilidade na Região Administrativa do Itapoã, que varia a depender de cada localização, podendo ela ser mais ou menos excludente, consequentemente para uma compreensão mais minuciosa da mobilidade local será necessário outros estudos para aprofundar essa questão. Entretanto, com que foi estudado até o momento, podemos concluir que o uso vertical acaba prevalecendo sobre os usos horizontais do território, logo as pessoas com maior poder aquisitivo acabam tendo um melhor acesso à mobilidade dentro do Itapoã, enquanto isso a população com baixo poder aquisitivo acaba tendo um serviço público de baixa qualidade e vias de péssima qualidade, excluindo-as de um uso completo das diversas mobilidades existentes na contemporaneidade.

### 6.2.3 USOS DO TERRITÓRIO DO ITAPOÃ PARA ATIVIDADES ECONÔMICAS

O uso do território do Itapoã para atividades econômicas também vai evoluindo com o passar do tempo, principalmente as atividades do setor terciário. No caso do primeiro e segundo setor da economia, essas duas atividades praticamente não existem dentro da RA, visto que não existem fábricas, atividades pecuária e extrativista na localidade.

Primeiramente, no início da ocupação começam a surgir as primeiras atividades comerciais para fornecer serviços básicos para a grande quantidade de pessoas existentes nas ocupações, assim sendo começa a surgir mercados, padarias, bares etc. Esses empreendimentos geralmente eram geridos pelos próprios ocupantes que conseguiam um lote em alguma das avenidas ou pelas pessoas que alugavam esses lotes para abrir algum comércio, visto que, como abordado anteriormente, várias pessoas externas à ocupação pegaram lotes para gerar renda fundiária.

Com a conquista do território e a elevação da renda média da população local, como demonstrado na Tabela 4, o comércio local começa a crescer dentro da Região Administrativa do Itapoã, principalmente nas duas principais avenidas, a Avenida Comercial do Itapoã e a Avenida do Murão. Devido a esse cenário, novos comércios começam a surgir, sendo comum encontrar empreendimentos de localidades externas no Itapoã, logo comércio que não foram criados pela população local, como pode ser observado no Mapa 6.

Desta forma, o uso do território para fins comerciais começa a ser dividido entre a população local e pequenos comerciantes contra grandes empresas externas distritais e nacionais. No caso deste último grupo, além dos comércios nas avenidas, eles também começaram a criar empreendimentos fora do centro comercial, como é o caso de um pequeno shopping (com algumas empresas de grande porte) e um mercado em atacado próximo à DF –

250, como pode ser observado no Mapa 6. Entretanto, vale a pena destacar que o uso do território para fins comerciais é controlado em sua grande maioria pelos pequenos e médios comerciantes.

Mapa 6 – Usos do território na Região Administrativa do Itapoã/DF



Fonte: Google Earth (2024)

Elaboração própria



Essa valorização e crescimento do comércio também aumentou os ganhos de renda fundiária, o que gerou um processo de verticalização nas avenidas comerciais para expandir essa renda, logo a maioria dos imóveis das avenidas são compostas por prédios de 3 a 4 pavimentos, como pode ser observado na Figura 29.

Figura 29 – Prédios da Avenida Comercial do Itapoã



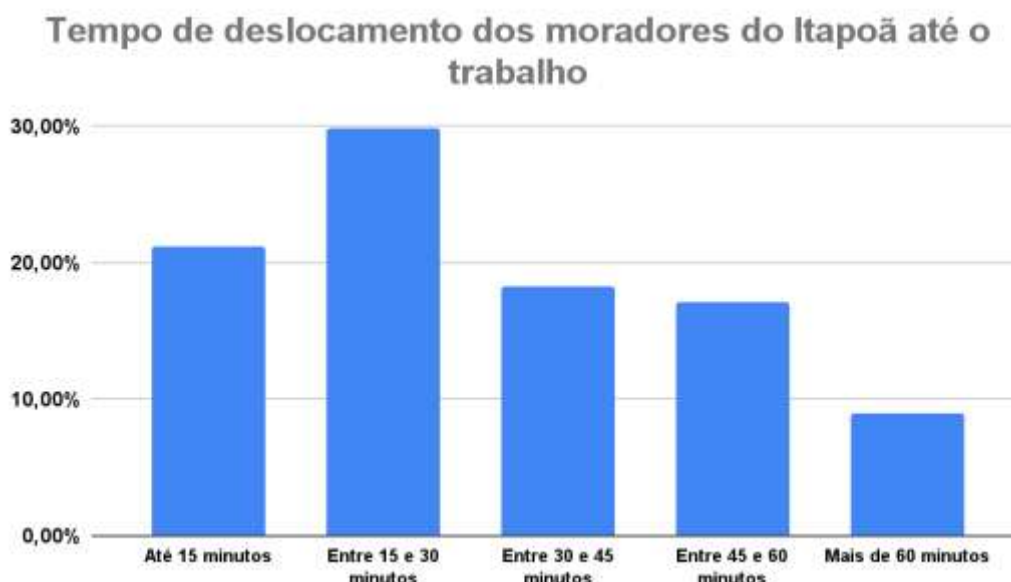
Fonte: Acervo pessoal (2024)

Atualmente, a Avenida Comercial do Itapoã é a área mais importante de comércio do Itapoã, seguido da Avenida do Murão e de avenidas menores dentro da RA. Essas áreas comerciais do Itapoã exercem uma importante função de disponibilizar serviços para a população local, como pode ser observado no PDAD (2021), na qual a maioria da população utiliza o comércio local para as necessidades básicas e de lazer dentro da RA em questão, assim sendo 87,3% da população compra alimentos na localidade, 47,6% compra eletrodoméstico e 87% utilizam o Itapoã para serviços em geral. A localização das avenidas pode ser observada no Mapa 5.

Além desse uso, o comércio local também é utilizado pela população local no quesito emprego, portanto, com base na mesma pesquisa relatada anteriormente, 30,1% da população apta a trabalhar exercer a sua função no Itapoã, porém a maioria desses empregos gera um baixo rendimento para esses trabalhadores, logo baixos salários, o que reflete no baixo poder aquisitivo demonstrado na Tabela 4.

Ademais, o número de empregos não é suficiente para disponibilizar trabalho para toda a população, consequentemente quase 70% da população precisa se locomover para outras localidades em busca de emprego, obrigando-os a utilizar o precário transporte público da localidade ou adquirir um veículo motorizado individual para realizar esse trajeto, o tempo para realizar esses trajetos por todos os meios de locomoção pode ser observado no Gráfico 1. Vale a pena destacar que o trajeto realizado pelos ônibus tende a ser mais longo, visto que não existe faixa exclusiva para ônibus na Região Administrativa do Itapoã.

Gráfico 1 – Tempo de deslocamento dos moradores do Itapoã até o trabalho



Fonte: PDAD (2021)

Elaborado pelo autor

Essa condição transforma o Itapoã em mais uma Região Administrativa dormitório de Brasília, na qual a maioria da população utiliza essa localidade primordialmente para dormir e necessita se locomover para outras áreas em busca de emprego durante os dias de trabalho, realidade essa amplamente estudada por Paviani (2010), que se mantém relevante até o presente momento, como no caso do Itapoã.

Portanto, com base no que foi relatado, é possível afirmar que a área comercial do Itapoã detém diversos usos na atualidade, sendo eles usos verticais, como é o caso dos empreendimentos externos a RA e da geração de renda fundiária, e usos horizontais, que são os empreendimentos geridos pela população local e médios comerciantes, a disponibilização de serviços e a geração de empregos, todavia, como já demonstrado, os usos horizontais acabam sendo bastante limitados, visto os baixos salários e a incapacidade de disponibilizar mais empregos para os moradores do Itapoã.

#### 6.2.4 USOS DO TERRITÓRIO DO ITAPOÃ PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Partindo para as questões relacionadas à educação, o acesso à educação pública dentro da Região Administrativa do Itapoã sempre foi excludente para a maioria da população, assim



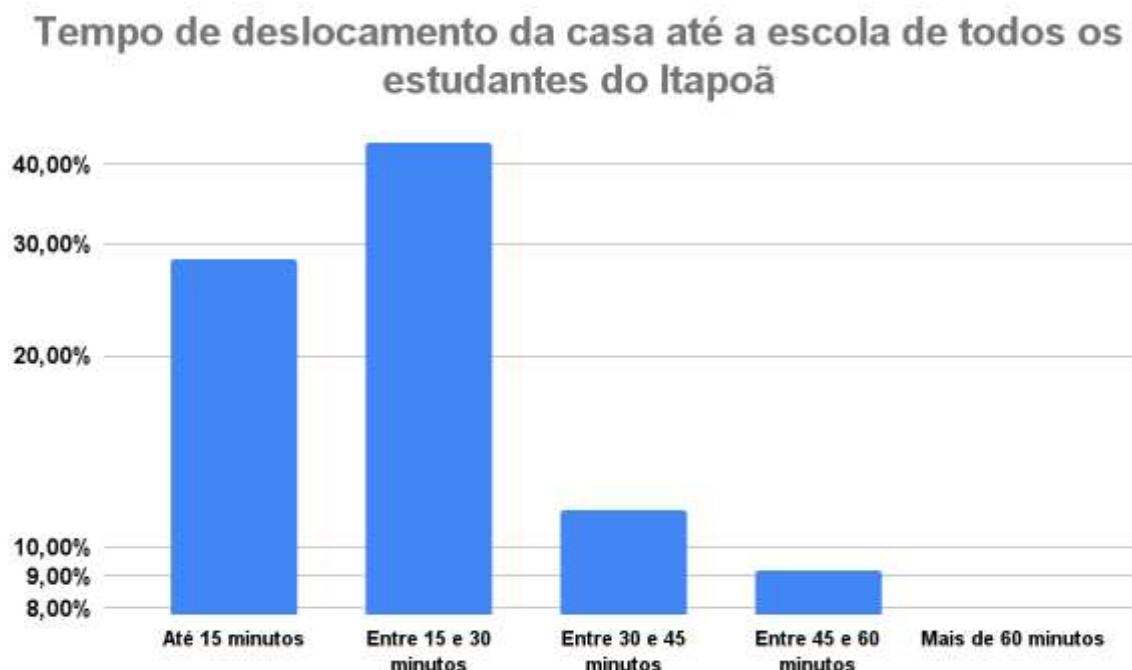
sendo o uso do território para essa finalidade sempre foi limitado, não importando o ano analisado durante essa pesquisa, que vai de 1997 até 2024, como será demonstrado a seguir.

Em primeiro lugar, durante os primeiros anos de ocupação, como já abordado anteriormente, não existia esse uso, pois não existia escola pública dentro do Itapoã, por conseguinte todos os estudantes tinham que se locomover para outras RAs para ter acesso à educação pública básica. Com a construção das escolas relatadas na primeira parte desta seção, essa condição começa a se modificar lentamente, logo o número de pessoas que utilizam o Itapoã para estudar começa a aumentar.

Os dados estatísticos referentes a essa questão começam a ser coletados em 2013, assim sendo não foram encontrados dados após a construção da primeira escola, que data o ano de 2004. Entretanto, é possível afirmar que o número de alunos que utilizavam o Itapoã para estudar começam a subir a partir da inauguração de cada uma das escolas relatadas anteriormente. Com a inauguração da maioria das escolas existentes no Itapoã, o número de estudantes que frequentam escolas no Itapoã chega a 35,1% dos estudantes no ano de 2013. Em 2021, última pesquisa disponibilizada pela PDAD (2021), esse número sobe para 39,1%.

Deste modo, mais de 60% dos estudantes do Itapoã ainda precisam se locomover para outras RA em busca de educação pública, geralmente para as Regiões Administrativas do Paranoá e Plano Piloto, conseqüentemente elas precisam utilizar o sistema de mobilidade do Itapoã, que possui uma série de limitações, como já abordado, que resulta no aumento do tempo de trajeto da casa até a escola, como pode ser observado no Gráfico 2. Essa falta de escola foi uma das principais reclamações das pessoas entrevistadas durante as saídas de campo. Isto posto, é possível afirmar que os alunos são duplamente excluídos, uma vez que não possuem acesso à educação dentro da própria RA e tem que utilizar o precário sistema de mobilidade do Itapoã.

Gráfico 2 - Tempo de deslocamento da casa até a escola de todos os estudantes do Itapoã



Fonte: PDAD (2021)

Elaborado pelo autor

Todavia, esse não é o único problema existente na localidade. Como relatado na primeira parte desta seção, existe uma distribuição desigual de escolas dentro da Região Administrativa do Itapoã, logo o acesso à educação pública básica não se encontra disponível nas proximidades da sua residência para diversas áreas do Itapoã, como é o caso do Itapoã 1, Itapoã 2, Del Lago 1 e Fazendinha, pois a grande maioria das escolas se encontram no Del Lago 2 e na Mandala, como pode ser observado no Mapa 4.

Dessa maneira, o uso do território do Itapoã para o acesso à educação pública também se encontra condicionado pelo uso do transporte público para diversos moradores do Itapoã que frequentam a escola na própria RA. Com isso, é possível afirmar que a localização dos moradores influencia o acesso à educação dentro do Itapoã, pois quanto mais perto da escola, mais acessível esse serviço se encontra e quanto mais longe da escola, menos acessível é o acesso à educação.

Outro fator importante no acesso à educação é o sistema de ensino privado, que se encontra disponível no Del Lago 1 e no Itapoã 1, existindo uma escola privada em cada uma das localidades em questão. Isto posto, nesses “bairros” do Itapoã se encontram disponíveis o acesso à educação, todavia esse direito se encontra disponível apenas para quem tem condições

financeiras para arcar com os custos desse serviço, assim sendo o poder aquisitivo também é um fator que influencia quem terá ou não direito à educação dentro do Itapoã.

No que diz respeito à educação superior, ainda não existem instituições públicas ou privadas que ofereçam esse serviço presencialmente no Itapoã, logo todos precisam se locomover para outras RAs para ter acesso ao ensino superior presencialmente, tendo que utilizar o sistema de transporte público do Itapoã, ou precisam utilizar serviços remotos, como é o caso das Faculdades EaD. Quantitativamente, segundo a PDAD (2021), 70,3% dos estudantes de ensino superior frequentam a faculdade presencialmente e 23,5% utilizam as faculdades EaD.

Devido às condições do sistema educacional no Itapoã no decorrer da história, a localidade possui baixos índices educacionais, com várias pessoas sem o ensino médio concluído e com um número baixo de pessoas com o ensino superior completo, quantitativamente, segundo o PDAD (2021), somente 11,9% dos habitantes acima de 25 possui ensino superior e 48,3% dos habitantes acima dos 25 anos não possui o ensino médio completo.

Portanto, esses dados relatados anteriormente evidenciam o longo período de precarização do sistema público de educação na Região Administrativa do Itapoã, que dificulta e/ou impossibilita o uso do território para fins educacionais, tendo esse grau de exclusão variando a partir da localização do indivíduo no território do Itapoã e das condições financeiras que a pessoa detém. Essa realidade é um dos fatores que contribui para a elevada segregação socioespacial existente dentro da Região Administrativa do Itapoã, pois é um direito básico que se encontra limitado e que possui a capacidade de influenciar toda a vida da pessoa, tanto quanto diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho como na capacidade de exercer o seu papel como cidadão na sociedade, que também contribui para a exclusão do racismo estrutural e para as exclusões de gênero.

No caso do acesso à saúde, a situação possui algumas semelhanças com o caso da educação, principalmente devido à distribuição irregular desse serviço público pelo território do Itapoã, como pode ser observado no Mapa 4, assim sendo somente o Del Lago 2 e o Mandala possuem postos de saúde em seus territórios, o que obriga as pessoas que moram em outras áreas a se locomover para essas áreas em busca de atendimento básico de saúde. Entretanto, mesmo com essa distribuição irregular, a maioria da população utiliza o Itapoã para atendimentos básicos de saúde disponíveis nas UPAs e nos Postos de Saúde, segundo o PDAD (2021), 68,7% da população utiliza o Itapoã para ter acesso a serviços de saúde.

Todavia, quando o atendimento é para questões mais graves, a população do Itapoã precisa se locomover para outras localidades em busca de atendimento público de saúde, isso

ocorre devido a não existência de um hospital público dentro da Região Administrativa do Itapoã, como foi abordado na primeira parte desta seção, por conseguinte essas pessoas geralmente se locomovem para a RA do Paranoá e para a RA do Plano Piloto, 20,1% procuram a primeira localidade e 8,5% procuram a segunda localidade, também segundo o PDAD (2021).

Vale a pena ressaltar que a população do Itapoã tem acesso à saúde pública, porém esse serviço não possui muita qualidade, visto que a saúde pública do Distrito Federal se encontra precarizada a vários anos, sendo alvo de reclamação de toda a população de Brasília e de sindicatos relacionados aos serviços de saúde, como pode ser observado na reportagem abaixo,

A crise não se restringe apenas à falta de veículos em funcionamento. O déficit de leitos pediátricos na rede pública agrava ainda mais a situação, com 41 crianças aguardando por assistência, enquanto o hospital do Gama, vital para o atendimento infantil, enfrenta o fechamento de seu setor de pediatria, devido ao desvio de função de médicos para cargos administrativos. Este colapso no sistema de saúde do Distrito Federal não apenas expõe a fragilidade do serviço público, mas também resulta em vidas perdidas, seja pela falta de atendimento imediato ou pelo avanço descontrolado de doenças como a dengue. (SindSaúde, 2024)

Essa precarização do Sistema Único de Saúde também foi alvo de reclamação dos moradores do Itapoã durante as entrevistas realizadas nas saídas de campo.

Desta forma, quem depende da saúde pública do Distrito Federal geralmente encontra dificuldades de ter um bom e rápido atendimento, o que acaba sendo a realidade da maioria da população do Itapoã, visto que, segundo o PDAD (2021), somente 4,4% dessas pessoas possuem plano de saúde na localidade, logo o uso do território para ter acesso à saúde pública também se encontra limitado, seja devido à falta de hospitais na Região Administrativa do Itapoã ou seja por conta do péssimo serviço oferecido.

#### 6.2.5 USOS DO TERRITÓRIO PARA LAZER E PRÁTICAS ESPORTIVAS

No que diz respeito às práticas esportivas e ao lazer, o uso do território do Itapoã para essas finalidades também é limitado, visto que existe pouca infraestrutura e uma péssima distribuição desses serviços, como será aprofundado a seguir.

Primeiramente, como detalhado na primeira parte desta seção, quase não existe infraestrutura esportivas e áreas de lazer público dentro da área urbana da Região Administrativa do Itapoã, geralmente essa infraestrutura se localiza fora do perímetro urbano e na Quadra 378, como pode ser observado no Mapa 4. Essa condição ocorre devido ao modo

como o Itapoã foi ocupado, que não separou localidades para implementar essas infraestruturas, sendo, portanto, também uma problemática oriunda do período ocupacional.

Devido a essa questão, o uso do território acaba sendo bastante desigual na Região Administrativa do Itapoã, com as pessoas que moram nas bordas do Itapoã tendo acesso a infraestrutura esportiva (geralmente quadras poliesportivas) e áreas de lazer público (parquinho infantil), logo um uso mais efetivo do território. E pessoas que moram longe dessas áreas e não possuem acesso a nenhuma dessas infraestruturas nas proximidades de casa, consequentemente necessitam se locomover longas distâncias para acessar esses usos, possuindo, portanto, um uso mais restrito para essas atividades

Essa problemática foi facilmente observada nas saídas de campo exploratórias na qual as pessoas que moravam longe dessas infraestruturas precisavam utilizar a rua para realizar atividades esportivas (futebol) e atividades de lazer (crianças brincando na rua), sendo também alvo de reclamação dos moradores dessas localidades. No caso das pessoas que moram perto dessa infraestrutura, elas acabam utilizando essas quadras poliesportivas e parquinhos para ter um uso mais efetivo e seguro do território, não precisando dividir essas localidades com veículos e pedestres, como é o caso do primeiro grupo.

A exceção dessa condição acaba sendo novamente as quadras 378 do Del Lago 2, que possuem uma concentração de infraestrutura para lazer e práticas esportivas na Praça dos Direitos, que disponibiliza uma variedade de atividades físicas e de lazer que não se encontram disponíveis em outras localidades do Itapoã, como é o caso de atividades relacionadas à luta, como o jiu-jitsu.

Entretanto, é necessário ressaltar que mesmo as pessoas que moram perto dessas localidades com infraestrutura acabam tendo um uso limitado do território para as questões de lazer e práticas esportivas, visto que os esportes disponíveis se limitam entre três e quatro modalidades, o lazer público se encontra disponível apenas para as crianças, assim sendo não existe teatros, cinemas, centros culturais, museus e parque públicos dentro do território do Itapoã.

Desta forma, caso o morador do Itapoã queira ter acesso a essas atividades será necessário se locomover para outras localidades e/ou pagar para ter acesso a serviços privados, como é o caso de quase todas as atividades de lazer existentes para adultos dentro do Itapoã, logo as condições financeiras do morador também irão condicionar o uso do território para as atividades em questões.

Portanto, os usos horizontais do território acabam sendo ofertados de maneira desigual dentro do território do Itapoã, com pessoas tendo mais ou menos acesso dependendo da

localidade que ela se encontra na Região Administrativa do Itapoã. Além disso, os usos horizontais também acabam sendo limitados devido à baixa variedade de serviços públicos, o que obriga as pessoas a buscarem usos verticais disponíveis apenas para quem tem condições de se locomover para outras áreas da cidade e para quem tem condições de arcar financeiramente com os custos desses serviços, por conseguinte milhares de pessoas ficam limitadas de ter acesso a lazer e práticas esportivas, visto que a maioria da população é composta por pessoas de baixa renda, como já relatado.

### 6.3 O ESPAÇO DO CIDADÃO E A REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÃ

O acesso igualitário a todos os direitos que um espaço geográfico pode prover para uma pessoa foi estudado por diversos autores e autoras no decorrer da história. Um dos grandes intelectuais a abordar essa temática foi Henri Lefebvre, principalmente com a sua obra “O direito à cidade” publicada no ano de 1964, que aborda como o sistema capitalista exclui diversas pessoas de ter acesso pleno a tudo que um espaço urbano pode ofertar na contemporaneidade com o objetivo de gerar lucro aos detentores dos meios de produção, deixando nesse processo milhares de pessoas sem acesso à moradia, trabalho, transporte, lazer e diversos outros direitos existentes.

Outro grande autor que trabalha essa temática, porém em uma perspectiva mais territorial, foi o geógrafo brasileiro Milton Santos, principalmente em sua obra “O espaço do Cidadão”, publicada pela primeira vez em 1987. Nesta obra, o autor faz uma análise mais profunda sobre essa questão a partir da categoria de território, logo não se limita somente à realidade urbana, tratando também da realidade rural, buscando sempre relacionar essa categoria com o debate sobre a cidadania. Essa obra foi utilizada como base para a escrita de toda a esta dissertação, assim sendo será aprofundado nesta parte do texto.

Voltando para a questão do espaço do cidadão, Santos (2014) afirma que não se pode trabalhar a questão da cidadania apenas no que diz respeito à liberdade individual, ao direito ao voto e às questões econômicas. Não que essas áreas não sejam importantes, mas a análise se torna incompleta, caso não se considere as questões culturais e territoriais de uma sociedade, visto que essas duas áreas possuem a capacidade de condicionar quem é ou não cidadão.

No caso das questões culturais, o autor diz que cada civilização possui um modo de viver próprio, que deve ser levado em consideração no momento de se analisar os direitos que essa sociedade julga importante para dar continuidade ao seu modo de viver. Desta forma, por exemplo, os indígenas brasileiros possuem necessidades diferentes se comparado às

necessidades de um homem branco que vive em uma grande metrópole brasileira, pois os valores e prioridades de cada um se desenvolveram de maneira distinta no decorrer do espaço/tempo, conseqüentemente as suas necessidades para se tornar um cidadão são diferentes na atualidade.

No caso das questões territoriais, para ser considerado um cidadão, todos precisam ter acesso igualitário a todos os serviços e bens disponíveis em seu território e que possibilita a perpetuação do modo de viver da sociedade em questão, logo o uso do território deve ser pleno para todos os habitantes, como pode ser observado na citação abaixo,

O componente territorial supõe, de um lado, uma instrumentalização do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e, de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geográfica dos bens seja e serviços públicos seja assegurada (Santos, pág. 18, 2014).

Entretanto, o espaço do cidadão não se encontra disponível para a grande maioria da população mundial, pois o sistema capitalista não prioriza a geração de cidadão, mas, sim, a geração de lucro e a criação de consumidores, que segundo Santos (2014), não pode ser considerado um cidadão, pois eles tem acesso aos serviços essenciais, porém esse acesso é feito com base nas condições financeiras, não sendo um direito inalienável, assim sendo caso tenha uma redução das condições financeiras, esse acesso será interrompido.

Isto posto, os usos verticais acabam prevalecendo na sociedade, pois boa parte dos serviços que eram para ser públicos ficam sendo controlados, disponibilizados e/ou influenciados pela iniciativa privada, ficando restrito apenas a quem tem condições financeiras para arcar com esse serviço. Enquanto isso, os usos horizontais são precarizados ou até mesmo não são disponibilizados para não atrapalhar a lucratividade dos grupos privados, desta forma, o valor de troca está sendo sempre posto em primeiro lugar em detrimento dos valores de uso, excluindo uma parcela significativa da população mundial.

No caso da Região Administrativa do Itapoã, é possível observar claramente a situação descrita no parágrafo anterior, pois os usos do território acabam sendo bastante limitado ou inexistente em grande parte do território, pois esses serviços não são plenamente disponibilizados para os moradores do Itapoã e/ou não se encontram ofertados de maneira igualitária pelo território em questão, evidenciando a problemática de localização do indivíduo no espaço trabalhado por Costa (2011) e Villaça (1998).



Dessa maneira, os usos horizontais acabam sendo bastante limitados na Região Administrativa em questão, o que obriga a população a buscar esses serviços na área privada/externa ou até mesmo impede o acesso a esses serviços, gerando um uso vertical ou até um não uso do território.

O principal motivo para o Itapoã se encontrar nesta situação, como já abordado em Costa (2011), acaba sendo o investimento desigual no território pelo Estado, que é influenciado pelo mercado para gerar uma valorização desigual do espaço, que possui a capacidade de aumentar consideravelmente a lucratividade de investimentos privados de uma pequena parcela da sociedade. Além disso, também não é incomum grupos privados buscarem a privatização de serviços públicos para tentar lucrar com essas atividades, o que encarece e precariza esses serviços, como é o caso do transporte público.

Tendo isso em mente, é possível afirmar que não existe cidadãos no Itapoã, pois na localidade existe dois grupos de pessoas, os que são consumidores, logo tem acesso a maioria dos serviços a partir da iniciativa privada e quando possível utilizar os serviços públicos, e os que se encontram segregados, que não possuem condições financeiras para arcar com a maioria dos serviços privados, tendo que utilizar os precários serviços públicos da localidade ou ficar sem acesso a esses usos dependendo da sua localização, limitando a perpetuação do modo de viver dessas pessoas.

Essa situação, por dificultar mais a vida das pessoas não brancas e mulheres, acaba fortalecendo o racismo estrutural e a exclusão por gênero na sociedade, mantendo a histórica exclusão na sociedade brasileira, como trabalhado por Santos (2013).

Portanto, devido ao baixo poder aquisitivo dos moradores do Itapoã, milhares de pessoas são segregadas todos os dias no Itapoã, pois os seus direitos como cidadão não se encontram completamente disponíveis. E os que não se encontram na condição de segregados, precisam se tornar consumidores, o que também não disponibiliza esses direitos essenciais plenamente.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação socioespacial no Itapoã não começa com a fundação da Região Administrativa. Esse processo ocorre desde o início da colonização do Brasil, pois durante toda a história do Brasil pessoas não brancas, mulheres e pequenos agricultores são excluídos em todo território nacional. Assim sendo, o Itapoã é somente mais um capítulo desse longo processo de exclusão socioespacial vivenciado no Brasil.

Entretanto, esse processo nunca foi recebido de maneira pacífica pelas populações excluídas, como é caso da resistência indígena, resistência da população negra, a resistência das mulheres, as diversas revoltas do período colonial e imperial, o MST e os mais diversos movimentos de luta urbana, como é o caso do MTST e da Ocupação do Itapoã relatada neste trabalho.

Deste modo, a ocupação do Itapoã foi um importante movimento socioterritorial criado na capital do Brasil por milhares de pessoas que foram e são historicamente excluídas da realidade socioespacial brasileira, logo essas pessoas foram responsáveis por disponibilizar territórios para milhares de pessoas reproduzirem seu modo de viver no momento da ocupação e por formar boa parte do território urbano existente, atualmente, na Região Administrativa do Itapoã.

Todavia, essas lutas não foram suficientes para tornar os habitantes do Itapoã em cidadãos, mesmo com os diversos ganhos que essa população teve, pois os usos do território ainda se encontram muito limitados. Essa condição ocorre devido ao tratamento desigual dado pelo Estado ao território de Brasília, que privilegia as áreas nobres para ganhos financeiros em detrimento das diversas periferias existentes na cidade, e ao modo como a nossa sociedade se organiza na atualidade, que privilegia somente a geração de valor de troca em detrimento dos valores de usos, que possibilitaria essas pessoas a se tornarem cidadãos.

Como resultado dessa condição, é possível concluir que boa parte do território do Itapoã carece de infraestrutura pública, por conseguinte o número de escolas, postos de saúde, áreas de lazer e mobilidade não se encontram disponíveis para uso de maneira igualitária, sendo necessário buscar esses serviços em outras localidades e/ou ter acesso a partir do mercado privado, o que acaba excluindo uma grande quantidade de pessoas, visto que a maioria da população é de baixa renda. Este cenário também é influenciado devido às questões de raça e gênero, como já relatado.

Esse uso restrito do território também é condicionado a partir da localização dos indivíduos no território, uma vez que existe uma desigualdade de acesso dentro da própria RA, com algumas localidades possuindo mais infraestrutura e outras não possuindo quase nenhum serviço público, que deveria ser um direito básico a todo cidadão que reside na Região Administrativa do Itapoã.

Aliado a essa questão, outra conclusão que este trabalho possui é relacionado a grande diversidade existente na ocupação territorial, que não apresenta uma homogeneidade na forma urbana, logo possui ruas de diferentes tamanhos e formatos, lotes de variados tamanhos e diversas avenidas dentro do Itapoã. Essa condição ocorre devido às diversas ocupações que formaram o local, que cada uma possuía uma organização própria, e da falta de planejamento territorial, que não criava um padrão de ocupação. Essa complexidade é aumentada, também, devido ao tratamento desigual dado ao território do Itapoã, como já relatado.

Essa questão é importante para a implementação de futuras políticas públicas, pois qualquer ação do governo para tornar o território mais igualitário para os habitantes da localidade deve levar em consideração a organização desse território, portanto, uma política pública espacial que não considere as especificidades de cada “bairro” do Itapoã e da grande diversidade existente dentro de cada um desses “bairros” não conseguirá aplicar uma política pública justa, visto que a realidade pode mudar e depender da rua analisada.

Deste modo, a Região Administrativa do Itapoã é um território bastante diverso e com um elevado índice de desigualdade socioespacial, que ainda deixa milhares de pessoas excluídas de ter acesso a todos os direitos que um cidadão deveria possuir na contemporaneidade. Essa condição só irá mudar com a organização da sociedade para reivindicar por esses direitos e para lutar contra essa segregação, como sempre ocorreu no decorrer da história. Essa luta, todavia, não pode ser restrita à escala local, pois esse problema ocorre desde a escala macro (capitalismo internacional, capitalismo dependente, racismo estrutural) até a escala micro, como pode ser observado no Itapoã.

Portanto, somente uma luta para modificar o modo de organização da sociedade irá conseguir solucionar completamente os diversos problemas relatados nesta dissertação, porém as lutas para solucionar parte dos problemas locais têm a capacidade de amenizar essa condição, como foi o caso da luta por moradia na ocupação do Itapoã e como pode ocorrer em lutas futuras por mais direitos no território do Itapoã.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

25 anos: o início do Itapoã. **G1**, 09 de julho de 2009. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/df/distrito-federal/df1/video/25-anos-o-inicio-de-itapoa-915872.ghtml>>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

Arrais, C. Itapuã ganha luz e ruas de cascalho. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 14615, 24 mai. 2003. p. 22. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=39296](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=39296)>.

Arruda confirma que vans não poderão circular a partir de 25 de julho. **Correio Braziliense**, 18 de julho de 2008. Disponível em: <[https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2008/07/18/interna\\_cidadesdf,20181/arruda-confirma-que-vans-nao-poderao-circular-a-partir-de-25-de-julho.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2008/07/18/interna_cidadesdf,20181/arruda-confirma-que-vans-nao-poderao-circular-a-partir-de-25-de-julho.shtml)>. Acesso em: 02 de dezembro de 2024.

Almeida, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Pólen Livros, 2021.

Alves, R; Messerschmitt, S. PMs e invasores em confronto. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 14113, 9 jan. 2002. p. 8. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pasta=ano%202002&Pesq=%22Itapu%c3%a3%22&pagfis=512](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pasta=ano%202002&Pesq=%22Itapu%c3%a3%22&pagfis=512)>.

A ponta do Iceberg da triste realidade da saúde pública do Distrito Federal. **SindSaudeDF**, 17 de abril de 2024. Disponível em: <https://sindsaude.org.br/noticias/sindsaude-df/a-ponta-do-iceberg-da-triste-realidade-da-saude-publica-do-distrito-federal/>. Acesso em: 01 de novembro de 2024.

Brandim, C. Itapuã: nova cidade, velhos problemas. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 15218, 16 jan. 2005. p. 26. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pesq=%22itapu%c3%a3%22&pagfis=87883](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=%22itapu%c3%a3%22&pagfis=87883)>.

Candido de Oliveira Salvador, D. S. **A Geografia e o método dialético**. Sociedade e Território, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 97–114, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3466>> . Acesso em: 22 nov. 2024.

Caramori, I. Área residencial mais valorizada no DF é Asa Norte, aponta pesquisa; metro quadrado custa R\$ 18,6 mil. **G1**, Brasília, 03 de mar. de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/03/area-residencial-mais-valorizada-no-df-e-asa-norte-aponta-pesquisa-metro-quadrado-custa-r-186-mil.ghtml>>. Acesso em: 08 de abril de 2024.

Carlos, F. Da “organização” a “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: Carlos, A; Souza, M; Sposito, M. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2020. pág. 53-73.

Carlos, F. **Segregação socioespacial e o “direito à cidade”**. GEOUSP (On-line), São Paulo, v. 24, n. 3, p. 412–424, set./dez. 2020.

Castilho, D. **Modernização territorial e redes técnicas**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p. 221, 2014.

Codeplan. **Evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal: 1959-2010**. Brasília, 2013. Disponível em: [https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia\\_em\\_Foco\\_7-Evolu%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_Movimentos\\_Migrat%C3%B3rios\\_para\\_o\\_Distrito\\_Federal-1959-2010.pdf](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia_em_Foco_7-Evolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Movimentos_Migrat%C3%B3rios_para_o_Distrito_Federal-1959-2010.pdf).

Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios –PDAD**. Brasília: CODEPLAN, 2018.

Corrêa, R. Sobre agentes sociais, escala e produção: um texto para discussão. In: Carlos, A; Souza, M; Sposito, M. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2020. pág. 41-51.

Costa, E. **Geografia urbana aplicada: possibilidades, utopias e metodologias**. Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Sinpurb, 2011.

Costa et. Al. **Territorio usado, categoría de análisis social. De Milton Santos a Maria Adélia Aparecida de Souza**. PatryTer, v. 8, n. 15, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/56060>>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

Davis, A. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

Dourado, J.; Araujo Sobrinho, F. . A fragmentação socioespacial na metropolização: entre condomínios, loteamentos fechados e de acesso controlado na Área Metropolitana de Brasília Sul. **Revista Cerrados**, v. 20, n. 01, p. 313–346, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/4815>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Doyle, L. e Reis, A. Sol Nascente, no DF, se torna a maior favela do Brasil, segundo prévia do Censo 2022. **G1**, Brasília, 17 de abril de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/17/sol-nascente-no-df-se-torna-a-maior-favela-do-brasil-segundo-previa-do-censo-2022.ghtml>>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

Engels, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Ferreira, I; Belandi, C. Censo 2022: informações de população e domicílios por setores censitários auxiliam gestão pública. **Agência de Notícias IBGE**, 21 de março de 2024.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39525-censo-2022-informacoes-de-populacao-e-domicilios-por-setores-censitarios-auxilium-gestao-publica>. Acesso em: 23 de maio de 2024.

Ferreira, I. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In: Paviani, Aldo ET al. (Org.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. 1. ed. Brasília: EdUnB, 2010. p. 23-55.

Fernandes, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4 ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

Fernandes, B et al. A terra e os desterrados: o negro em movimento - um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimentos dos Trabalhadores Rurais. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pág. 143-167.

Fernandes, B. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, ano 8, N. 6, Jan-Jul de 2005.

Fernandes, B; Welch, C; Gonçalves, E. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

Ferraz, I; Fuzeira, V. Maior obra do Complexo Viário Saída Leste, Viaduto do Itapoã/Paranoá é inaugurado. **Agência Brasília**, 22 de abril de 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2024/04/20/maior-obra-do-complexo-viario-saida-leste-viaduto-do-itapoa-paranoa-e-inaugurado/>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2024.

Ferri, M. Sem ônibus nem alternativos. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 15043, 28 jul. 2004. p. 26. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=73730](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=73730)>.

Festa para inaugurar rede de água no Itapuã. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 14808, 3 dez. 2003. P. 24. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=54872](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=54872)>.

Fonseca, A. Pendência ambiental no Itapuã. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 15069, 20 ago. 2004. p. 23. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=75667](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=75667)>.

Furtado, C. **Formação econômica do Brasil**. 35 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Goulart, D. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista – Campus Marília. Marília, p. 276, 2011.

Goulart, G. Terra sem dono e sem lei. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 14467, 27 dez. 2002. p. 14. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pesq=%22invas%C3%A3o%20itapu%C3%A3%22&pagfis=28550](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=%22invas%C3%A3o%20itapu%C3%A3%22&pagfis=28550)>.

Governo de Brasília entrega 437 escrituras a moradores do Itapoã. **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH)**, 31 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.seduh.df.gov.br/governo-de-brasilia-entrega-437-escrituras-a-moradores-do-itapoa/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

Gil, A. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Haesbaert, R. ORDENAMENTO TERRITORIAL. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 117–124, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/3572>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Haesbaert, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>>. Acesso em: 27 nov. 2024.

Harvey, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Harvey, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Portal do IBGE**. 2024. Acesso em: 01 de Janeiro de 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>.

Iwakami, L. **Espaço urbano de Brasília e a trajetória de resistência popular da Vila Paranoá**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 1988.

Iwakami, L. Vila Paranoá: a luta desigual pela posse da terra urbana. In: Paviani, Aldo. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. 2. Ed. Brasília: Editora UnB, 2010.

Itapuã é a mais nova cidade do DF. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 15209, 7 jan. 2005. p. 24. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_05&pasta=ano%20200&pesq=%22itapu%C3%A3%22&pagfis=87211](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_05&pasta=ano%20200&pesq=%22itapu%C3%A3%22&pagfis=87211)>.

Klingl, E; Leitão, M. Promessas de lotes. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 14673, 21 jul. 2003. p. 12. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pesq=%22invas%C3%A3o%20itapu%C3%A3%22&pagfis=43849](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=%22invas%C3%A3o%20itapu%C3%A3%22&pagfis=43849)>.

Lefebvre, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Editora Centauro, 2009.

Madeiros, A; Campos, N. Cidade projetada, cidade construída, tombada e vivenciada: pensando o planejamento urbano em Brasília. In: Paviani, Aldo ET al. (Org.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. 1. ed. Brasília: EdUnB, 2010. p. 137-163.



Martins, J. **O cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

Marques, M. Brasília, 61 anos: fotos revelam rotina em vilas de operários e na construção da capital do país. **G1**, Brasília, 22 de abril de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/brasil-61-anos/noticia/2021/04/22/brasil-61-anos-fotos-revelam-rotina-em-vilas-de-operarios-e-na-construcao-da-capital-do-pais.ghtml>>.

Acesso em: 08 de maio de 2024.

Moradores do Paranoá e Itapoã reclamam da oferta de transporte público na região. **Rede Globo Brasília**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/bom-dia-df/video/moradores-do-paranoa-e-itapoa-reclamam-da-oferta-de-transporte-publico-na-regiao-10836419.ghtml>>. Acesso em: 29 de novembro de 2024.

Negri, S. Segregação Sócio-Espacial: Alguns conceitos e Análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**. v. 8, n. 8(7), 2010. pág. 129-153. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2024.

Neto, E; Riani, J. Desigualdade raciais nas condições habitacionais da população urbana. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pág. 91-112.

Paviani, A. A conquista injusta do espaço urbano. In: Paviani, Aldo. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. 2. Ed. Brasília: Editora UnB, 2010a.

Paviani, A. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: Paviani, Aldo ET al. (Org.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. 1. ed. Brasília: EdUnB, 2010b. p. 277-251.

Regulariza-DF convoca moradores de imóveis do Itapoã 1 e 2. **Administração Regional do Itapoã**, 1 de julho de 2022. Disponível em: <<https://www.itapoa.df.gov.br/2022/07/01/regulariza-df-convoca-moradores-de-imoveis-do-itapoa-i-e-ii/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

Ribeiro, D. **O Povo Brasileiro: A formação e sentido do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

Rocha, M. Uma especulação que se alastra. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 14604, 13 mai. 2003. p. 23. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=38464](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=38464)>.

Rocha, M. Contrastes Fatais. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 15079, 30 ago. 2004. p. 15. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=76567](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=76567)>.

Sallun, S. União quer liberar o Itapuã. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 14994, 8 jun. 2004. p. 25. Disponível em:

<[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=69659](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=69659)>.

Santos, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2020.

Santos, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo, 2023.

Santos, M. **A urbanização desigual**: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

Santos, M. **O espaço do cidadão**, 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

Santos, M. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2020.

Santos, M. **Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 4. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

Santos, M e Silveira, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2006.

Santos, R. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: Santos, R (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. pág. 21-40.

Sheller, Mimi & Urry, John. **The New Mobilities Paradigm**. Environment and Planning A. 38. 207-226. 2006.

Silva, G. **A história de uma cidade invisível: Vila Paranoá e seus quintais de memórias**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade de Brasília. Brasília, p. 100, 2019.

Soja, E. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Sposito, M. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: Carlos, A; Souza, M; Sposito, M. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2020. pág. 123-145.

Sposito, M. **Capitalismo e urbanização**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

Souza, M. **Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal**. PatryTer, v. 2, n. 4, 2019. Disponível em:<<https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

Torres, J. Comendo poeira no Cerrado. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 14650, 28 jun. 2003. p. 28. Disponível em:<[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=42050](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&Pesq=%22invas%c3%a3o%20itapu%c3%a3%22&pagfis=42050)>.

Valeda, R. Fiscalização despeja invasores no Itapoã. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 16523, 13 ago. 2008. p. 25. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_05&pasta=ano%20200&pesq=%22itapu%C3%A3%22&pagfis=199926](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_05&pasta=ano%20200&pesq=%22itapu%C3%A3%22&pagfis=199926)>.

Vasconcelos, I. **Do Pau-de-arara às corporações do transporte: poder de família e política no sistema de transporte público por ônibus no Distrito Federal (1960-2016)**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2021.

Villaça, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

## **ANEXO 1**

Universidade de Brasília

Departamento de Geografia

Programa de Pós-graduação em Geografia

Discente: Darlan Vieira do Vale

### **Formulário de entrevista 1**

Idade:

Gênero:

Onde nasceu:

Bairro:

- 1) Quantos anos você mora na Região Administrativa do Itapoã?
  - a) Por que você saiu da sua cidade natal?
- 2) Por que você se mudou para o Itapoã?
- 3) Quem organizava a ocupação? Quem definia a localização do lote?
- 4) Existia movimentos sociais ou partidos políticos na “Invasão do Itapoã”?
- 5) Como eram as condições de vida na Ocupação/Invasão?
- 6) Fale um pouco mais sobre
  - a) Casa
  - b) Rua
  - c) Água, esgoto e Luz elétrica
  - d) Transporte público
  - e) Escola e Saúde
  - f) Violência

**As perguntas agora são referentes ao Itapoã hoje em dia.**

- 7) Atualmente, qual o maior problema do Itapoã?
- 8) Você trabalha? Se sim, onde?
- 9) Qual o seu principal meio de transporte?

- 10) Qual a sua opinião sobre o transporte público do Itapoã? O que poderia melhorar?
- 11) O que você acha das calçadas do Itapoã? O que poderia melhorar?
- 12) O que você acha do trânsito do Itapoã?
- 13) Você acha o Itapoã um local violento? Por quê?
  - a) Você se sente seguro andando a pé no Itapoã?
  - b) Você ou alguém da sua família já foram assaltados?
- 14) Qual a sua opinião sobre a saúde pública do Distrito Federal? E do Itapoã?
- 15) O que você acha da educação pública da Região Administrativa do Itapoã? Tem escolas suficientes?
- 16) Você tem acesso a áreas de lazer perto da sua casa? Público ou Privado?
- 17) Você tem acesso a locais para a prática de esportes perto da sua casa?
- 18) Você tem a escritura da sua casa?

## ANEXO 2

Universidade de Brasília

Departamento de Geografia

Programa de Pós-graduação em Geografia

Discente: Darlan Vieira do Vale

### Formulário de entrevista 2

Idade:

Gênero:

Onde nasceu:

Bairro:

- 1) Quantos anos você mora na Região Administrativa do Itapoã?
  - a) Casa própria ou aluguel?
  - b) Você tem a escritura da sua casa? (opcional))
- 2) Atualmente, qual o maior problema do Itapoã?
- 3) Você trabalha/estuda? Se sim, onde?
- 4) Qual o seu principal meio de transporte?
- 5) Qual a sua opinião sobre o transporte público do Itapoã? O que poderia melhorar?
- 6) O que você acha das calçadas do Itapoã? O que poderia melhorar?
- 7) O que você acha do trânsito do Itapoã?
- 8) Você acha o Itapoã um local violento? Por quê?
  - a) Você se sente seguro andando a pé no Itapoã?
  - b) Você ou alguém da sua família já foram assaltados?
- 9) Qual a sua opinião sobre a saúde pública do Distrito Federal? E do Itapoã?
- 10) O que você acha da educação pública da Região Administrativa do Itapoã? Tem escolas suficientes?
- 11) Você tem acesso a áreas de lazer perto da sua casa? Público ou Privado?
- 12) Você tem acesso a locais para a prática de esportes perto da sua casa?